

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO



NÚMERO 44
AGOSTO 2010
R\$ 15,00



É HORA DE SE ENTENDER

CÓDIGO FLORESTAL: Como sanar o passivo ambiental sem inviabilizar o agronegócio

IZABELLA TEIXEIRA: "Temos que condicionar o desenvolvimento, e não restringi-lo"

DIPLOMACIA: Questões globais desafiam a defesa de interesses nacionais

QUEREMOS
MELHORAR
A CADA
DIÁLOGO.
VAMOS FAZER
JUNTOS?

Nós queremos construir o melhor banco do País. Por isso, estamos todos comprometidos em responder às suas questões, seja pelos gerentes na sua agência, pela Superlinha, pelo Disque Real, pelo Serviço de Apoio ao Consumidor – SAC, pela Ouvidoria ou até pelo Twitter. Juntos, a gente se entende. Siga-nos no Twitter, em @santander_br, ou acesse santander.com.br ou bancoreal.com.br.

CANAIS DE DIÁLOGO

DISQUE REAL	SUPERLINHA	SERVIÇO DE APOIO AO CONSUMIDOR – SAC	OUVIDORIA
Para transações, pagamentos, consultas e informações.		Para reclamações, cancelamentos, sugestões, elogios e informações.	Se não houver satisfação com alguma solução apresentada.
7 dias por semana, 24 horas.			
Capitais e regiões metropolitanas		Santander 0800 762 7777	De segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, exceto feriados.
4004 1199	4004 3535		Santander 0800 726 0322
Demais localidades		Banco Real 0800 707 2399	
0800 286 1199	0800 702 3535		Banco Real 0800 286 8787
			Deliberação definitiva e de fato: 0800 723 5007

BANCO REAL

 Grupo Santander Brasil

 Santander

Valorizando ideias por uma vida melhor.

Parla!

No começo, era o Verbo. Agora, a sociedade vive em plena era da informação, hiperconectada por satélites, cabos e redes sem fio. Tudo favorece o compartilhamento de ideias e de tarefas. As ferramentas conspiram a favor do diálogo.

Por diálogo, não se entenda mais uma sociedade dual, e sim feita de diversas partes interconectadas. Não são ambientalistas *versus* ruralistas, como faz crer a discussão sobre o Código Florestal. Não se trata mais de empregados e empregadores distanciados no organograma das empresas. Nem companhias se comunicando com o público por meio de uma ferramenta de mão única. A questão também não se limita a respeitar ou não a soberania nacional, mas pôr no jogo elementos que transpassam fronteiras. Estes são alguns dos temas explorados nesta edição.

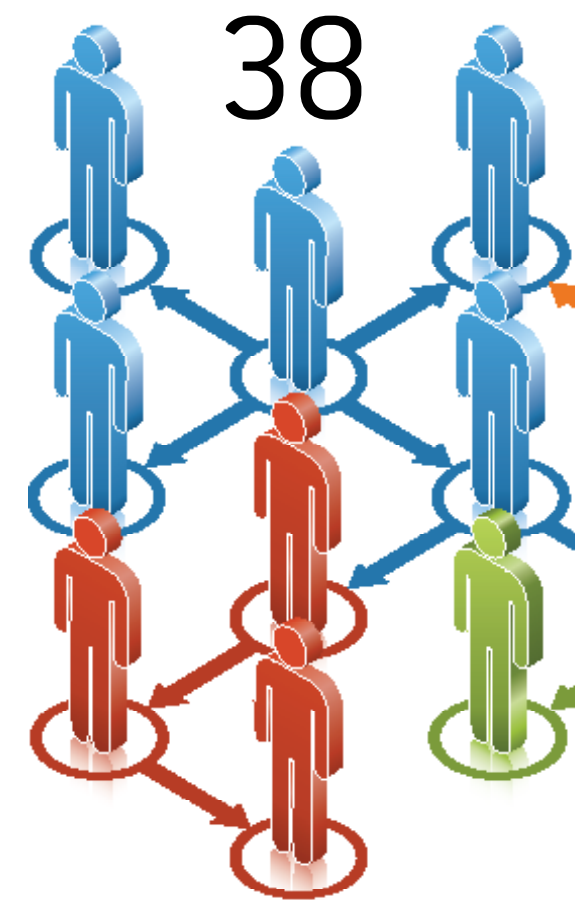
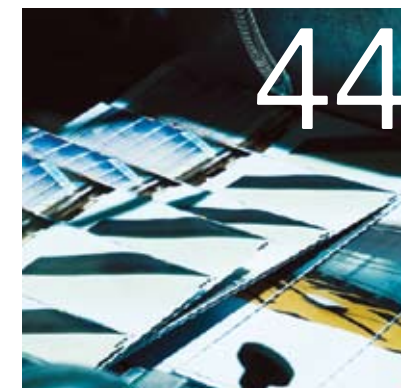
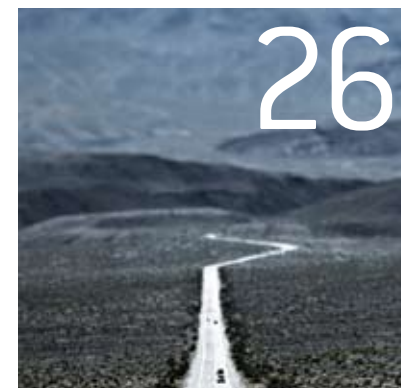
Aqui, mostramos como a era da informação pincelou de nuances uma realidade que é mais do que sim ou não. Haja conversa para entender essa nova complexidade, lidar com ela e buscar o máximo de denominadores comuns. A dificuldade está em usar todo o aparato tecnológico disponível a favor da colaboração e do entendimento.

Nem precisa ir longe para buscar um exemplo do desafio. Enquanto as redes sociais multiplicam-se exponencialmente, uma pesquisa publicada na revista *PLoS Medicine* demonstrou como o isolamento entre as pessoas – um paradoxo da nossa sociedade – prejudica até mesmo a saúde. Não ter amigos faz tão mal quanto fumar ou ingerir álcool em excesso, concluíram os pesquisadores, após acompanhar 308 mil indivíduos durante mais de sete anos.

Não será apenas adicionando amigos no Facebook ou criando uma legião de seguidores no Twitter que as pessoas e, por consequência, o mundo ficarão mais saudáveis. Há uma nova cultura por formar, e ela depende do diálogo verdadeiro.

Boa leitura

Notas	6
Clima & economia	10
Entrevista	12
Código Florestal	18
Eleições	25
Retrato	26
Diplomacia	32
Análise	37
Empresas I	38
Radar	43
Empresas II	44
Coluna	48
Última	50



[CAP-AND-TRADE I]

Morte matada

Nem mesmo o verão escaldante que assola boa parte dos EUA ajudou, e o projeto de lei sobre as mudanças climáticas que tramitava no Senado americano morreu em 22 de julho. O líder da maioria Democrata, senador Harry Reid, anunciou que, sem o voto de republicanos, não haveria chances de aprovar o projeto, de autoria dos senadores John Kerry e Joe Lieberman. Mesmo entre os democratas havia parlamentares contra o projeto, que alegavam efeitos à economia e à criação de empregos. Segundo Reid, um novo pacote para a área de energia – principalmente regulamentação em decorrência do vazamento de petróleo no Golfo do México – será apresentando antes de agosto.

Analistas e ambientalistas foram rápidos em apontar os culpados pela morte do projeto: republicanos, democratas e, principalmente, o presidente Barack Obama. O presidente é criticado por deixar passar a oportunidade de, diante do desastre ambiental no Golfo do México, agir decisivamente para aprovar um limite para as emissões de gases de efeito estufa. O projeto do Senado era uma versão *light* da lei aprovada pela Câmara no ano passado que previa um sistema de *cap-and-trade* para reduzir emissões. Com o recuo no Senado, todos os olhos se voltam para a Environmental Protection Agency (EPA), cujos poderes para regular gases de efeito estufa foram confirmados pela Suprema Corte americana. — **por Flavia Pardini**

[CAP-AND-TRADE II]

Sob ameaça

Enquanto na esfera federal reza-se missa de sétimo dia, na Califórnia a lei que determina a redução das emissões de gases de efeito estufa está sob ameaça. Aprovada em 2006, a lei prevê que a Califórnia volte, até 2020, ao nível de emissões de 1990 e estabelece um sistema de *cap-and-trade* a partir de 2012. Mas um grupo chamado California Jobs Initiative, financiado por duas empresas de

petróleo texanas, conseguiu levar a questão às urnas nas eleições de novembro. O grupo obteve assinaturas suficientes para apresentar a Proposição 23, segundo a qual o início do esquema de *cap-and-trade* deve ser postergado até que a taxa de desemprego no estado fique abaixo de 5,5% por um ano. Atualmente, a taxa é de 12,3%.

Os defensores da proposição alegam que as medidas para conter as emissões trarão danos à economia e, portanto, para as perspectivas de emprego. E alegam que, assim que o desemprego for reduzido, tudo voltaria ao previsto. Mas os opositores garantem que se trata de um artifício para paralisar os esforços da Califórnia, estado visto como líder em questões ambientais nos EUA. O plano para reduzir as emissões é a menina dos olhos do governador Arnold Schwarzenegger. Na Califórnia, propostas para alterar leis ou a Constituição estadual podem ser apresentadas ao eleitorado para aprovação por voto direto. Os californianos vão às urnas em 2 de novembro para, entre outras decisões, eleger um novo governador. — **[FP]**

Mais sobre a ação de *ecohackers* no site do comércio de carbono europeu na versão digital desta nota, em www.fgv.br/ces/pagina22.

[EMPRESAS I]

Transparência de cabo a rabo

Que tal se, em lugar de promover uma caça às bruxas na cadeia de suprimentos, as grandes empresas interessadas em sustentabilidade convidassem seus fornecedores a participar do mesmo processo? Essa é a ideia do programa Global Action Network for Transparency in the Supply Chain (GANTSCh), filho mais novo da Global Reporting Initiative (GRI), organização que formula as metodologias mais prestigiadas para relatórios de sustentabilidade.

Lançado no ano passado, com a adesão

da alemã Puma e da portuguesa EDP, o programa parte da iniciativa de grandes marcas globais para atingir pequenas e médias empresas presentes na cadeia produtiva. Segundo a GRI, essa categoria representa mais de 90% da comunidade global de negócios e, em média, 50% do PIB e 60% do emprego nos países.

Em 2010, a novidade é a brasileira Natura, que acaba de se tornar a primeira empresa sul-americana a integrar o programa. Entre cinco e oito fornecedores da Natura receberão treinamento especializado, além de consultoria para produção de seus primeiros relatórios de sustentabilidade.

“Treinar grupos é muito mais efetivo do que treinar empresas individualmente”, explica Rutger Verkouw, coordenador de cadeias de fornecimento da GRI. Além disso, o patrocínio dos grandes compradores, ou a divisão dos custos entre um grupo de fornecedores, torna o processo mais acessível para pequenas e médias empresas. Mais sobre relatórios em reportagem à página 44.

— **por Carolina Derivi**

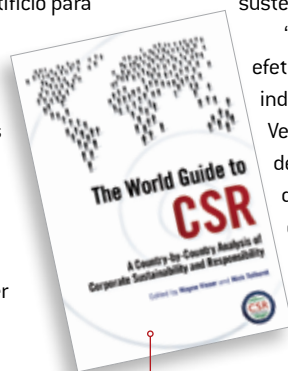
[EMPRESAS II]

Guia de resposta

Quer ter acesso rápido a um panorama global sobre sustentabilidade e responsabilidade corporativa? A Greenleaf, editora inglesa especializada no tema, acaba de lançar *The World Guide to CSR* — a *country-by-country analysis of corporate sustainability and responsibility*.

A proposta da obra de 451 páginas, menos que aprofundar o assunto, é dar uma visão do todo, mostrando *cases*, tendências, contextos, além de organizações e *think tanks* envolvidos. Os capítulos foram organizados por países (quase 60) e regiões, permitindo comparações e uma consulta objetiva sobre as realidades locais.

Coube a Tarcila Reis Ursini, da consultoria Ekobé, e a Camila Yamahaki, doutoranda na Middlesex University, na



Inglaterra, escreverem o capítulo sobre o Brasil. Nele, as autoras apontaram como temas prioritários corrupção, trabalho infantil, discriminação racial e desmatamento. Os históricos da Natura e do Banco Real, hoje Santander, aparecem como casos de estudo. A Natura, inclusive, foi a única empresa brasileira listada entre os *cases* da América Latina.

Entre as organizações representativas do setor no Brasil, foram mencionados Ethos, FBDS, GVces, Cebds, Gife e IBGC.

O livro pode ser adquirido pelo site www.greenleaf-publishing.com/worldguide. A editora permite a compra somente eletrônica e também por capítulos separados. — **por Amália Safatle**

[MAIS PRODUÇÃO, MENOS EMISSÕES]

Encolheram as vacas

Pecuaristas dos Estados Unidos têm apostado em um segmento que até pouco tempo não passava do exótico. As

minivacas, que em média não atingem 1 metro de altura, oferecem uma alternativa aos que desejam obter mais carne com espaços reduzidos de pastagem.

Segundo o professor Richard Gradwohl, que cria 18 espécies diferentes desses animais, é possível sustentar dez minivacas em 5 acres (cerca de 2 hectares), porção que comportaria apenas dois animais do tamanho tradicional. Na prática, isso significaria uma produção de carne três vezes maior, com apenas um terço do volume de alimentação.

Além disso, a carne das minivacas seria mais macia do que a dos tipos maiores, pois elas desenvolvem menos músculos durante seu processo de crescimento. Os Estados Unidos são um dos países maiores consumidores de carne do mundo: mais de 30 quilos por pessoa ao ano.

Gradwohl ainda afirma que, além do



maior aproveitamento do espaço, as minivacas ainda ofereceriam outra vantagem relacionada às preocupações ambientais. Segundo o professor, dez desses animais emitem a mesma quantidade de metano — um dos gases de efeito estufa — do que apenas uma vaca tradicional.

A prática tem despertado as atenções dos pecuaristas principalmente depois de sucessivos aumentos de impostos nos últimos anos, o que tem onerado bastante a produção. Mas a atividade ainda está no início. Hoje os Estados Unidos contam com cerca de 20.000 cabeças dessa espécie, fatia ainda pequena quando comparada, por exemplo, ao número total do rebanho brasileiro, com mais de 200 milhões de animais.

— **por Eli Ridolfi, com informações do The Guardian**

FALA, LEITOR *Histórias e ideias de quem lê* PÁGINA22



Aproximar a iniciativa privada de projetos sociais consistentes e duradouros. A carreira de Flávio Franco não começou exatamente assim, mas tem seguido esse caminho desde que ele compreendeu, primeiro, como funcionam as empresas e, depois, as organizações sociais. Com graduação em Propaganda e pós-graduação em marketing pela ESPM, Flávio Franco trabalhou por 13 anos no

Grupo Pão de Açúcar com marketing esportivo e ambiental. Tendo o alpinismo por *hobby* e o gosto dos donos da rede varejista pelo esporte, para ele não foi difícil implementar parcerias importantes durante sua gestão. Com a Eco 92 e a reformulação no grupo, Franco partiu para a ONG WWF, em Brasília, como captador de recursos. Em seguida, foi trabalhar no Greenpeace, acrescentando mais pontos em seu entendimento do terceiro setor. Há dez anos está no Unicef — o braço da ONU para infância e juventude, como gerente de alianças corporativas. Segundo a definição de Flávio Franco, um primeiro setor. Para ele, a década de 90 foi fundamental na transição de marketing social para responsabilidade social corporativa. “As empresas antes queriam se promover; hoje começam a perceber que as alianças são de longo prazo e você é coautor dos

projetos que patrocina, tem uma visão muito mais solidária”, diz. Apesar de o Brasil ser um dos países mais avançados na América Latina no que diz respeito à responsabilidade social, Franco acredita que ainda há muito a fazer. Por exemplo, agregar pequenas e médias empresas aos investimentos na área social e criar mecanismos de incentivo fiscal para pessoas físicas ou jurídicas que apoiam a causa. Hoje o que está ao alcance do cidadão é destinar parte do Imposto de Renda a pagar para o Fundo da Infância e Adolescência, mas não há abatimentos ou campanhas que deixem claro que essa opção existe. No que se refere às pequenas e médias empresas, Flávio avalia que também falta informação. “Elas acham que é caro, que uma parceria com uma organização social não é para elas.” **(ACD)**

SE VOCÊ DESEJA PARTICIPAR DESTA SEÇÃO, EScreva PARA LEITOR@PAGINA22.COM.BR E CONTE UM POUCO SOBRE VOCÊ E SEUS PROJETOS. PARA SE COMUNICAR COM FLÁVIO FRANCO, EScreva PARA FFRANCO@UNICEF.ORG

Conversa de corpo e terra

MAURA BAIOCCHI PARTE DA COMPREENSÃO DO CORPO como uma extensão do mundo (e vice-versa). Morador e casa, corpo e planeta confundem-se. Nessa direção, surgiu **DAN (*devir ancestral*)**, espetáculo concebido pela artista expondo a tensão entre identidade e meio ambiente, entre o corpo e a terra que o abriga. “As constantes agressões à vida animal, vegetal e mineral provocam a decadência e a morte dos corpos e das culturas. DAN é uma contribuição artística e política diante da necessidade de ações ecoéticas que visam uma interação cuidadosa com todas as formas de existência”, diz a artista. O espetáculo inaugura o ciclo de ecores performances da Taanteatro Companhia. São vídeos gravados no Cerrado brasileiro, dança, poesia, fotos, instalação cênica e música original.



De 13 a 15 de agosto no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília; no dia 27 no Fórum Vitória de Dança, no Espírito Santo. Em data a ser confirmada neste segundo semestre na Bienal de Dança do Ceará. Em São Paulo, pode ser visto em setembro na Mostra do Fomento, no Espaço Casulo.

O Esplendor dos Contrários

Quem sabe só pelo título você se apaixone por este livro de Arthur Omar, multiartista brasileiro que empreendeu quatro grandes viagens à Região Amazônica, seguindo o curso do Rio Amazonas desde Manaus até Terra Santa, já no Pará, para construir suas “aventuras da cor”. Mas Omar cria mais. Trata-se de uma experiência de imersão nas imagens, percepção radical do espaço e da cor. “Como se um novo universo estético da região acabasse de ser descoberto”, escreve sobre *O Esplendor dos Contrários* Ivana Bentes, doutora em Estudos Contemporâneos da UFRJ. O livro é uma tentativa de descobrir novas maneiras de “dizer a Amazônia” em imagens, tirando do espectador uma vista viciada e automática imposta pela mídia. Textos do próprio artista acompanham o percurso das imagens de árvores, galhos, terras, rios, barcos, homens e animais. Publicado pela editora Cosac & Naify, em 208 páginas, com 190 fotografias.

Veja outros trabalhos de Omar em www.arthuromar.com.

Arte fluorescentista

O jardineiro André Feliciano se diz um cultivador da arte contemporânea para que ela se transforme em “arte fluorescentista”. Na sociedade fluorescentista, todos usufruem da natureza da arte, pois ela está no



cotidiano e não nas galerias ou nos museus. Ele faz um paralelo da história da arte com uma plantação de tomates: preparação do terreno (romper a tradição), escolha dos nutrientes (separar a abstração do mundo para torná-la autônoma), adubação do solo (jogar a abstração sobre a sociedade), plantio da semente (o humano contém a potência da arte). Dessa maneira, a arte contemporânea ainda dará seus frutos, que vão perpassar a política, a fotografia, a literatura e toda a sociedade. “O mundo

está mudando para ser mais ecológico e artístico, pois não basta apenas cuidar da natureza dos ecossistemas para que o planeta se equilibre, também é necessário cuidar da natureza humana”, diz Feliciano em seu *Arte Florescentista* (Ed. Altana). O artista tem outras publicações e trabalhos relacionados nas principais livrarias e no seu blog Estufa da Cultura Florescentista www.blog.natureza.art.br.

Moderno do futuro

A coletiva de arquitetura brasileira *Viver na Floresta*, em cartaz no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo, destaca projetos das décadas de 1930 a 1980, época de grandes realizações da arquitetura brasileira. Bacana observar como o modernismo se adaptava às condições e possibilidades locais, criando projetos que contribuíam para a preservação do meio natural e seu uso como **suporte paisagístico**. Pouca interferência no solo e reinvenção de elementos de proteção climática, como treliçados, beirais e venezianas, podem ser vistos nos projetos de Lucio Costa, Oswaldo Bratke, Lina Bo Bardi, entre outros. O curador da exposição, Abílio Guerra, destaca que os projetos se mostram surpreendentemente atuais diante do novo paradigma ecológico, mostrando a contribuição e inspiração da arquitetura brasileira para um futuro das construções.

“Sustentabilidade. Antes mesmo dessa palavra estar na moda eu já trabalhava nisso.”

Jaqueline Janssen Luft
Gerente de Meio Ambiente

Em 2000, comecei a trabalhar aqui na área de meio ambiente. Muito antes disso a Ambev já investia em ações que buscavam o equilíbrio entre ganho econômico e socioambiental. Tive a oportunidade de realizar diversos sonhos: fizemos um mutirão onde transformamos menores infratores em ajudantes de limpeza com um programa de coleta seletiva, implementamos a Horta Escolar e criamos um projeto que reduz o impacto da produção na natureza e nas comunidades. Deu tão certo que exportamos essa ideia para outros países. Sustentabilidade é mais que uma palavra aqui na Ambev, é um sonho que realizamos todos os dias.

Ambev. Feita por gente e sonhos.

ambev

A ferramenta do ecotributo

Na Europa, ela incentiva a indústria de energia limpa. No Brasil, debate é incipiente

Diante das evidências da gravidade das mudanças climáticas, a indústria, os setores de energia e de transportes e a agricultura enfrentam em todo o mundo o desafio de transformar-se. No Brasil não é diferente: aprovada a **Política Nacional de Mudanças Climáticas**, o País tem diante de si compromissos formais de redução de emissões de gases de efeito estufa até 2020. Para garantir o cumprimento das metas, um dos instrumentos que os tomadores de decisão certamente terão de lançar mão é a chamada tributação verde.

Impostos com funções ambientais têm sido utilizados há anos em diversos países da Europa e também no Brasil. Estudiosos do direito tributário explicam a prática como uma política de “**extrafiscalidade**”, por meio da qual o tributo deixa de ter uma função

meramente arrecadatória e passa a incentivar ou inibir certas atividades econômicas de acordo com parâmetros sociais e ambientais. “Metas ambiciosas de redução de emissões de gases de efeito estufa

somente serão atingidas se as políticas públicas propostas para energia, transporte, proteção florestal, reciclagem etc. forem

acompanhadas de vigorosa política tributária indutora de comportamento ambientalmente desejado e inibidora de comportamento poluidor”, escreveu, em artigo recente, James Marins, professor da PUC-PR e especialista em ecotributos.

Um estudo do Centro de Economia Sustentável, de Washington, mostra que, na Europa, reformas tributárias foram implementadas em diversos países ao longo da década de 1990 sobretaxando

as emissões de gases de efeito estufa e outros poluentes como o dióxido de enxofre (acesse em www.rprogress.org/publications/2001/eurosurvey_2001.pdf). Os resultados revelam que houve crescimento significativo de uma indústria de energia alternativa em países escandinavos e na Alemanha, algo que também contribuiu para aumentar a própria arrecadação. Em simulações, os autores mostraram que, na maioria dos casos, as taxas ambientais acabam gerando mais emprego e até maior crescimento econômico.

No Brasil, os impostos verdes têm sido usados de forma isolada, sem uma estrutura tributária geral que incorpore o conceito. “A discussão no momento toca em coisas absolutamente tópicas, mas o que falta é a

regulamentação do artigo 170 da Constituição, que trata dos princípios da ordem econômica e da obrigatoriedade de tratamentos diferenciados de serviços e produtos”, avalia o ambientalista Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, que há anos estuda o tema.

Ele pondera que, quando se trata de emissões de carbono ou consumo de energia, apertar apenas um setor e relaxar outros pode criar um “vazamento”. Por exemplo, é possível reprimir as emissões de combustíveis fósseis, mas ao mesmo tempo facilitar o crescimento das emissões pelo consumo geral de veículos. Outra questão é o equilíbrio fiscal da economia. Iniciativas só serão viáveis se mantiverem a arrecadação em patamares sustentáveis para a atividade pública.

Até o momento, o setor de transportes é o principal laboratório para políticas de tributação ambiental no Brasil, uma vez que existem taxas ou benefícios sobre combustíveis e veículos. Muitos acadêmicos consideram a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) um dos primeiros tributos de natureza ambiental introduzidos no País, pois a lei que a criou (n.º 10.336/01) prevê alíquotas conforme o potencial poluidor de cada um dos combustíveis.

Por outro lado, ao longo dos anos, diversos incentivos tributários foram concedidos ao setor automobilístico, o que gerou um salto no consumo de veículos, aumentando o peso do setor de transportes nas emissões brasileiras – que dobraram entre 1995 e 2005 (veja em http://ecen.com/eee64/eee64p/emissoes_carbono_e_pib.htm). A recente isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos,

vigente entre fins de 2008 e março passado, foi responsável pelo nível histórico de vendas no setor – 3,2 milhões de unidades em 2009, um crescimento de 11% em relação ao ano anterior. Como as condições eram ainda melhores para carros flex e movidos somente a álcool, 88% do total das vendas foi de veículos nessas categorias.

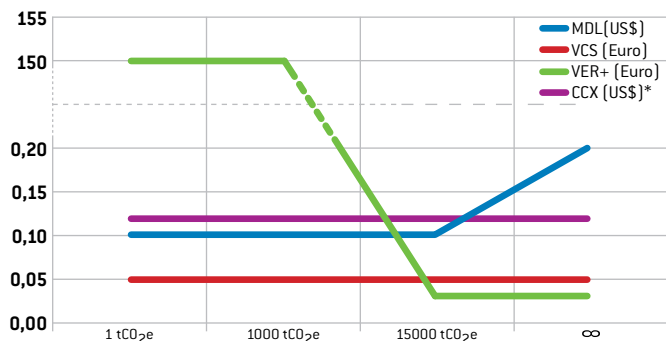
A indústria brasileira tem-se envolvido há alguns anos na discussão do tema, mas, no

momento, seus representantes a consideram estagnada. “Nada está acontecendo”, diz Grace Dalla Pria, gerente de meio ambiente da Confederação Nacional da Indústria. Longe de discutir uma reforma tributária ambiental, o Ministério da Fazenda considerou fazer pacotes de incentivo a setores menos poluidores. Em 2006, pouco antes do lançamento de um conjunto de benesses, o plano foi abortado por objeções da Receita Federal. **(GF)**

Quanto custa um projeto de carbono?

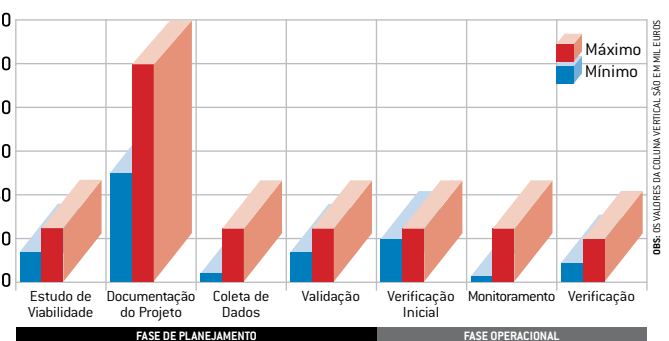
Em fevereiro, a FAO lançou um documento de apoio para projetos de carbono de pequena escala para apoiar sua utilização em comunidades rurais. Os custos são altos e o processo complexo, mas o valor pago atualmente (de US\$ 4 a US\$ 4,5/t) pode contribuir muito para o desenvolvimento dessas comunidades. O documento recomenda projetos para o mercado voluntário, mais fáceis que o MDL.

TAXA DE EMISSÃO POR MODALIDADE



MDL: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo **VCS:** Mercado Voluntário Padrão **VER+:** Reduções Verificadas de Emissões **CCX:** Bolsa de Carbono de Chicago **tCO₂e:** tonelada de dióxido de carbono equivalente

VARIAÇÃO DE CUSTOS POR FASE DO PROJETO



OBS: OS VALORES DA COLUNA VERTICAL SÃO EM MIL EURS

ENTREVISTA Glenn Hurowitz

Restauração ambiental: eficaz na geração de empregos

Reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e de cursos de água geram mais empregos que atividades convencionais. Esse é um dos motivos pelos quais os governos deveriam ver a economia da restauração como um setor que merece investimentos e subsídios. Glenn Hurowitz, diretor do programa de florestas do Center for International Policy, dos Estados Unidos, falou sobre o tema à PÁGINA22:

Por que a economia da restauração é tão eficaz na criação de empregos?

Porque a natureza providencia o capital necessário para a atividade. Além disso, sempre haverá demanda por produtos florestais, e para supri-la é melhor investir em projetos de reflorestamento. Na Indonésia, os sindicatos de trabalhadores

hoje lutam para que qualquer atividade madeireira seja feita em áreas reflorestadas. Idealmente você não quer derrubar áreas reflorestadas, mas é melhor fazer isso nelas do que em áreas nativas.

O papel da restauração pode ir além da mitigação e adaptação às mudanças climáticas? A melhor coisa das florestas é

que elas oferecem múltiplos benefícios, não somente para o clima. Elas garantem diversidade biológica, água limpa, ar limpo. Mas podemos ver além e medir muito bem seus benefícios econômicos em termos de empregos gerados. As atividades de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas criam 74% mais empregos do que qualquer outra atividade econômica nos EUA. Se pesquisarmos globalmente, vamos encontrar resultados semelhantes.

Por que a restauração não é percebida como um setor econômico? Os governos ainda não percebem o valor da natureza – água e biodiversidade são

consideradas recursos exploráveis sem custos. Não é difícil ver os benefícios econômicos da natureza e da restauração. Se você for a um parque, verá guardas-parque trabalhando; em um projeto de recuperação, há operadores de máquinas; numa área de reflorestamento, há pessoas plantando. Se os governos abrirem os olhos, verão claramente.

A questão é mais política do que econômica? Sim. E de educação também. Todos os anos temos uma conferência nacional sobre empregos verdes que sempre aborda os setores de energia e transportes e deixa de ver os empregos

criados por atividades ligadas à terra ou à água. Talvez porque muitas pessoas ocupadas em proteger e restaurar ambientes naturais estão mais preocupadas com os benefícios ecológicos. Podemos ajudá-las a ver os benefícios econômicos do que estão fazendo.

Como engendrar um ambiente político mais favorável para o crescimento da restauração? Um passo é a criação de subsídios econômicos para gerar empregos nesse setor. Na crise financeira, o governo dos EUA criou um pacote de estímulos centrado em energia, transportes e educação, e destinou pouco



dinheiro para reflorestamento e recuperação de áreas úmidas, que oferecem níveis altos de geração de emprego por dólar investido. Acho que essa é a realidade no mundo todo, porque as pessoas não se deram conta dos benefícios da economia verde. **(GN)**



Papel articulador

Por coincidência, “diálogo” – assunto central desta edição de PÁGINA22 – é palavra recorrente na fala da ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Vieira Teixeira, nesta entrevista. A bióloga, funcionária de carreira do Ibama desde 1984, que em março passado assumiu o posto deixado por Carlos Minc, mostra o que a sociedade brasileira tem a ganhar com a natureza extremamente inovadora e estratégica da agenda ambiental. Mas, para isso, ela defende que as próprias instituições da área tenham uma concepção mais ampla dos problemas de desenvolvimento do País e se abram a uma conversa com todos. “Não dá para negociar sem entender a língua da sua contraparte. Não é falar a mesma língua, e, sim, entendê-la”, afirma.

É o que a ministra diz fazer em questões repletas de nuances, como a do Código Florestal, a da conservação da biodiversidade e a da exploração de energia, nas quais sobram perguntas em aberto e tantas vezes falta ponderação. Somente assim as questões ambientais serão transversais a estratégias nacionais de desenvolvimento. Izabella, que chama para sua pasta uma função articuladora, acredita que política ambiental é política de Estado, transcendente a governos passageiros – embora nem todo mundo entenda dessa forma.

O governo brasileiro já definiu a posição que assumirá nas negociações da COP 10 da Biodiversidade, em Nagoya, em outubro? Talvez tenhamos três pontos mais importantes. O primeiro é consolidar o protocolo de ABS (*política que define a repartição de benefícios de quem promove o acesso a recursos da biodiversidade*). É o terceiro objetivo da Convenção (*sobre Diversidade Biológica, a CDB*) que precisa ser desenhado, ter o seu *frame* definido e estamos trabalhando duramente para isso. O Brasil lidera o conjunto de países megadiversos, e temos procurado definir os arranjos necessários às negociações. Estou muito esperançosa de que a gente tenha uma consolidação nesse debate, embora a CDB necessite de uma aproximação maior entre a agenda tecnocientífica e a política. Isso aconteceu com a agenda climática. Por isso o Brasil está apoiando – e aí o segundo ponto importante – o IPBES, que é um painel de cientistas para a questão da biodiversidade, similar ao IPCC (*voltado ao clima*). Se em clima a origem do problema está em países desenvolvidos – embora afete o planeta como um todo e as soluções estejam em todos os países –, na CDB é o contrário: dos detentores da biodiversidade, a maior parte está no Sul, e portanto a capacidade tecnocientífica precisa ser desenvolvida também nos países do Sul. Isso aparece nas diretrizes, foi um ganho nas negociações, e o Brasil foi bastante habilidoso. O terceiro ponto é a divulgação do relatório do Teeb (*The Economics of Ecosystem and Biodiversity*), que caracteriza melhor a biodiversidade em termos econômicos.

Por que ABS é o grande nó e travou as negociações nas últimas COPs? Porque estamos tratando de interesses das indústrias farmacêuticas e outros “n” interesses. Isso requer um escopo que seja justo. O Brasil tem sido muito incisivo nas suas colocações. As maiores dificuldades residem em países desenvolvidos, resistentes a esse protocolo. Mas as negociações internacionais sugerem que teremos o *frame* do protocolo. Já o conteúdo – o chamado *legally binding*, valor legal –, que é o mais complexo, deverá se desdobrar após a COP.

Esse embate se dá internamente também, não é? Sim, temos um conjunto de esforços feitos por este ministério, mais os de Ciência e Tecnologia, da Indústria e Comércio, da Cultura, da Reforma Agrária, da Agricultura, em encaminhar um projeto de lei. Fizemos modificações nos últimos dois anos e estamos na reta final de um debate para encaminhar o projeto de lei ao Congresso Nacional.

Isso se dará antes ou depois da COP? Estamos trabalhando para que seja antes.

Para chegar lá com uma política nacional? A gente precisa chegar na COP com a importância que o Brasil tem em biodiversidade.

Somos um país estratégico e estaremos lá com uma delegação importante de negociadores. Esse não é um assunto exclusivamente nosso, tem um ponto focal no MMA, mas interessa a toda a sociedade brasileira. Aposto que a COP será um momento de mudança de patamar. Devemos fazer uma semana de debate sobre a COP, antes da conferência, convidando diversas pessoas.

Aqui em Brasília? Acho que em São Paulo. A despeito das negociações formais, há um debate sobre biodiversidade no Brasil que a gente precisa colocar no dia a dia do cidadão. Faz parte da cidadania ambiental. Fiz uma referência em uma entrevista que biodiversidade é muito mais que minhocas e pererecas e temos que nos apropriar desse tema tanto quanto do tema climático. Estamos fazendo um esforço monumental de juntar todo mundo. Recentemente, participei de um debate com investidores de fundos de previdência privada e é impressionante o interesse de investidores brasileiros. É importante entender que perspectivas econômicas são essas que a questão da biodiversidade encerra e como o Brasil todo, não só o governo, pode se apropriar de uma maneira mais protagonista e estratégica dessa agenda. Não estamos falando só de Unidades de Conservação ou de populações tradicionais que vivem na Amazônia.

Como é possível consolidar uma posição nacional em questões globais como esta, quando o Brasil vive uma de suas maiores contradições ambientais: o risco de aprovar um Código Florestal que inviabiliza o cumprimento das metas assumidas pelo Brasil na COP 15 do Clima? O quanto poderá ser levada a sério uma posição nacional em defesa da biodiversidade, caso a proposta de Aldo Rebelo para o Código Florestal venha a ser aprovada no Congresso? Primeiro, acho que contradições fazem parte do Estado democrático, graças a Deus. Então temos de ter capacidade de dialogar e debater politicamente. O MMA tem que ser um espaço de negociação e de diálogo, assegurando nossas convicções. Segundo, o debate do Código Florestal revela, esta sim, uma contradição: ou estamos discutindo uma agricultura do passado ou vamos discutir uma agricultura sustentável. Qual o caminho? Porque, quando coloco o debate do Código – independentemente da posição do deputado Aldo Rebelo e de outros signatários desse debate, inclusive da área ambiental – para resolver os passivos de quem precisa de anistia para seguir sua produção, cria-se um antagonismo entre agricultura e meio ambiente que é absolutamente incoerente com a base da agricultura sustentável, na qual devo produzir cada vez mais com bases sólidas do ponto de vista agrícola e ter segurança de meus mercados.

Então, o que a gente quer debater: uma agricultura do passado, em que resolvo passivos, ou uma nova agricultura, em que o Brasil conquista mercados? Nenhum agricultor vive sem meio ambiente e ninguém vive sem agricultura. Então, qual minha capacidade

de produção? Preciso desmatar para produzir? Não mais. Quais são as bases que preciso estabelecer para a agricultura para não sofrer barreiras não tarifárias? Por que eu consigo ir, como fui ontem (*8 de julho*), à reunião sobre a moratória da soja, e após três anos de monitoramento mostramos que, da área de soja na Amazônia, só 0,38% deles são responsáveis pelo desmatamento? Isso com Greenpeace de um lado, o Inpe, o setor produtivo, os exportadores e os compradores internacionais.

Agora, devo reconhecer que tenho problemas. É justo debater a situação de agricultores familiares que não têm como solucionar o fato de não possuírem Reserva Legal. Eles não têm porque não têm dinheiro, não têm espaço, não têm tecnologia. Como atribuo o custo dessa recuperação? Quanto custa fazer isso, dos pontos de vista financeiro e ecológico? Pagamentos por serviços ambientais são suficientes para a escala desse passivo?

Essas perguntas não têm resposta ainda. Nada disso foi discutido.

Quanto de Reserva Legal foi averbada nesse país? Menos de 30%! Isso é de responsabilidade dos estados. Por que os estados não fizeram 100%? Quais são as condições necessárias para que isso aconteça? Quanto custa? Quem cumpriu a lei? E quem produz cumprindo a lei dançou? Perdeu, irmão? Então, precisa ter um olhar discricionário, sim, porque o debate da Amazônia não é o debate do Sul. A realidade do minifúndio no Rio Grande do Sul não é a da pequena propriedade na Amazônia, ou da Caatinga. Não adianta fazer isso de maneira açodada, num debate polarizado e político entre ruralistas e ambientalistas. Os dois lados são inimigos do Brasil? Isso é uma coisa extemporânea para um país que vive a consolidação de sua democracia.

A senhora acredita que há mais convergência que divergência? Eu conversei com todo mundo aqui, da senadora Kátia Abreu aos movimentos sociais da Contag, da Via Campesina e da CUT. Todo mundo quer sentar para discutir, todo mundo entende que precisa aprimorar, todo mundo reconhece que temos de mexer no que está aí, mas muita gente não concorda com a anistia, muita gente entende que precisa de mecanismos facilitadores, muita gente quer a regularização ambiental do produtor. Os movimentos sociais disseram aqui: “Queremos nos regularizar”. Qual o interesse do poder público? Correr atrás de quem descumpra a lei ou fazer com que todos cumpram a lei? Não tenho interesse em gastar dinheiro público excessivamente em fiscalização, aplicando multas que muitas vezes não são recolhidas. O custo da máquina é monumental. É melhor ter situações construídas em que você traz todo mundo para a legalidade e faz esse cara produzir de maneira sustentável, com acesso a crédito público, cumprindo a legislação, e fazendo com que sua produção seja consumida por mim ou por você de maneira legítima. O simples anúncio de

que poderá ter isenção de Reserva Legal em até quatro módulos fiscais faz com que proprietários no estado de São Paulo corram a cartórios para desmembrar suas terras para dar um jeitinho brasileiro. Então agora tenho o “jeitinho florestal”? A sociedade não quer que se radicalize de um lado ou de outro. Temos de ter a responsabilidade conjunta de procurar soluções.

A grande questão de fundo no atual debate sobre o Código é a de quem vai pagar a conta? (mais à pág. 18) Se eu discutir passivo, estamos preocupados com quem vai pagar a conta, mas não acho que esse é o espírito do deputado Aldo Rebelo. Em alguns pontos ele tem muita razão, por exemplo: como faço com os plantadores de banana que estão no Vale do Ribeira há 60 anos – no lado de São Paulo? Ele está irregular, porque o pai dele estava lá e é Área de Preservação Permanente. Ignoro essa situação? Ou busco um consenso e tenho soluções dirigidas? E o que faço com o grande fazendeiro que desmatou sabendo que descumpria a lei?

Qual é a possibilidade de ter todos sentados à mesa discutindo sem radicalismos e buscando um consenso? Nós no MMA vamos fazer esse espaço – já estamos fazendo. O deputado Aldo Rebelo foi um homem extremamente sensível em dialogar conosco. A despeito das diferenças, ele tem sido muito cordial e correto nas suas convicções. Convidei todos os setores para o diálogo, retomei

o espaço de diálogo deste ministério. O MMA não pode, para defender seus interesses, abrir mão do diálogo. Ao contrário, precisa negociar mesmo que possa ser voto vencido. A negociação democrática é aquela em que você concilia partes, assegurando um mínimo ético que a lei prevê. Então, não posso achar que saio anistiando todo mundo. E as pessoas que assumiram um termo de compromisso e de ajustamento de conduta, deixam de cumprir? E o esforço que fiz com os órgãos ambientais para poder trazê-las para a regularização? Vamos aproveitar que existe um tempo, uma sugestão de debate pós-eleição, para construir as bases do que chamo plano B: contribuir para o debate mostrando a diversidade de situações que cada artigo do substitutivo pode sugerir. Então, nossa posição é essa: vejo com muita preocupação alguns itens, acho que a regularização ambiental precisa ser buscada por todos e não acredito que a sociedade tolere anistia por anistia. O Estado brasileiro perde, só em multas, R\$ 10 bilhões, considerando de 1994 a 2008. Por outro lado, se eu quiser recuperar 20 milhões de hectares de Reserva Legal – muito aquém do déficit – e multiplicar por R\$ 5 mil – que é o custo médio por hectare, e com exóticas –, são R\$ 100 bilhões. Quem financia isso? É o preço da safra. Cerca de 40%, 50% das propriedades de até um módulo fiscal estão no Nordeste. Não é tolerável para mim, como brasileira, que a agricultura possa ser objeto de restrições no futuro porque questões ambientais não foram devidamente equacionadas.

A senhora acha que falta uma articulação nacional que dê coerência para essas posições? Acho. Sou gestora pública e faço essas reflexões. Por que é tão difícil sair da nossa área e entender as dificuldades dos outros? Em um módulo fiscal não dá para exigir Reserva Legal, não tem área, não tem renda. Tem que entender o perfil de renda, o perfil de endividamento dessas pessoas. Por outro lado, os rios não nascem grandes, eles nascem pequenos e dependem da mata ciliar. E aí o cara que tem cinco riachos na propriedade fica com a produção inviabilizada. Mas quantos estão nessa situação? São regra geral no País? Estão em bacias críticas?

O Pagamento por Serviço Ambiental daria conta de remunerar esse agricultor? Pois é, e quanto custaria esse pagamento para os cofres públicos? Você já ouviu isso no debate?

Não, tudo isso está em aberto. Essas questões o MMA está conduzindo. Eu vi tantos números, estudos disso e daquilo. Mas não ouvimos a academia. A academia ficou à margem do debate, e eu vou convidá-los. O Código não é da área ambiental, o Código é do Brasil, encerra questões de área urbana e de florestas. Eu coloquei a você aqui uma série de questões, e olhe que a PÁGINA22 é super-atualizada — é a melhor revista de meio ambiente brasileira, esta revista está na minha mesa. Então, não se pode simplificar o debate nem crucificar ninguém. Quando fui para o diálogo político mostrar sem xiitismo — e o pessoal diz: “Lá vêm os psicodélicos, os *biodesagradáveis*”, a gente tem umas chancelas aqui dentro (*risos*) —, quando fui mostrar as implicações do Código, de como estava redigido, as insuficiências do texto, todo mundo se sensibilizou. Em nenhum momento disse que o deputado Aldo Rebelo estava errado, ao contrário, ele foi nomeado legitimamente para essa função. E o mundo jurídico é importante, porque não posso ter um texto de lei que resolva 10% do problema e me crie outros tantos que não estão na mesa hoje. Porque isso vai ficar tão insustentável quanto já está a averbação de Reserva Legal. Temos menos de 15% averbados no País. Uma grande amiga minha tem uma fazenda com 72 hectares de Mata Atlântica primária, linda de morrer, no Rio de Janeiro, e quis averbar. Procurou o melhor profissional, fizeram tudo. Levaram dois anos e meio pra conseguir!

O problema é a burocracia? Projeto, custo, burocracia, laudos ambientais, até se obter o o.k. para informar a Receita Federal. Em Brasília, temos menos de 1% averbado. As pessoas não querem? Em parte, não. É caro? Sim. A estrutura do Estado está pronta? Não. Mas isso não justifica imobilidade e você não pode prejudicar quem quer plantar corretamente. Assentamento na Amazônia em 1970, 1980: o cara cumpriu a lei da época, desmatou 50% e hoje não acessa crédito. Ele tem que recompôr os outros 30%

(para somar 80%)? Que história é essa? Ele cumpriu a lei! Quem desmatou 100% e não cumpriu a lei está na mesma situação que ele. Isso é injusto, política ambiental não é isso. Política ambiental é para estruturar o desenvolvimento sustentável do País. Há um outro lado também. É preciso reconhecer que há um cansaço, uma saturação por parte das pessoas que procuraram por muitos anos o diálogo, de maneira mais conservadora ou menos, e não conseguiram. E quando você senta e conversa, a assimetria da gestão ambiental pública no Brasil é muito grave.

De estado para estado? Sim. E agora vamos voltar para a descentralização nos municípios. Então, vale uma reflexão estratégica sobre os desafios da gestão ambiental no Brasil, inclusive sobre governança, os formatos das instituições, os processos de tomada de decisão, a mediação de conflitos, a negociação com as populações interessadas, os espaços de diálogo.

“ Vocês nunca perguntam de *onshore*, e a gente tem produção de petróleo em plena Amazônia. Imagina um acidente lá? Deus me livre ”

Além da proposta de reforma do Código Florestal, podemos dizer que a exploração do petróleo no pré-sal também é uma ameaça à política nacional de clima e à biodiversidade, ainda mais depois do ocorrido no Golfo do México? Nos próximos 30 anos temos um cenário de participação de petróleo na matriz energética. Em termos de áreas protegidas, é um desafio. Porque os ecossistemas que são menos protegidos no Brasil são os marinhos (e a

maior parte da produção é offshore). A questão que está na mesa é a gestão de risco e o potencial de acidentes, muito motivado pelo que aconteceu nos EUA. A gente precisa entender que essa é uma indústria que trabalha com o risco como uma variável do negócio. Os patamares de gestão de risco na indústria de petróleo são extremamente sofisticados. No Brasil há restrições muito importantes, que nos EUA não existem. Nós aqui temos avanços bastante expressivos no plano de emergência individual (*cada empresa tem seu plano de emergência*), mas não no plano de área. Ou seja, se estou explorando uma área com três ou quatro empresas, cada uma com seu poço, como vou gerir essa área e qual a responsabilidade dessas empresas? E não evoluímos ainda em uma coisa que os EUA têm, que é um fundo público para que você possa tomar as medidas necessárias num acidente e depois ser reembolsado. A escala do que está acontecendo no Golfo do México mostra a grande capacidade que a BP teve de mobilizar todas as empresas e colocar lá todos os equipamentos. Esse é um acidente completamente fora da curva. Todos os sistemas de segurança falharam. Existe toda uma complexidade no debate sobre segurança, sobre prevenção e sobre remediação que nós temos de aplicar e verificar o que precisa ser aprimorado, quer na instância do licenciamento, nas concessões ou na partilha, quer nas regras de procedimento e segurança — que é aquilo que o governo brasileiro vai cobrar das empresas que atuam no pré-sal ou não.

Se não tivesse acontecido esse acidente, haveria toda essa preocupação? Quando houve a primeira preocupação sobre acidentes no Brasil? Quando teve (*o acidente na*) Baía de Guanabara (*em 2000*). Aí a lei que estava há dez anos no Congresso foi aprovada em um mês. O mundo inteiro que opera com o petróleo será influenciado por esse acidente e mudará suas regras. O sistema de BOP que falhou — é uma válvula, como se fosse um tampão de camisinha — tem três sistemas internos de segurança. Todos falharam. Não tem desenho teórico que sugira isso. É algo completamente fora da curva. Estive com o presidente da BP e, de tudo o que ouvi até agora, acho que teve falha humana, tecnológica, de não cumprimento de procedimento. Detalhe: o poço estava em fase de fechamento, em que supostamente há menor risco de exploração. Do ponto de vista do MMA, não estou discutindo só pré-sal, e sim exploração *onshore* e *offshore*. O Brasil está bem à frente de muitos países desenvolvidos, mas o que precisamos aprimorar? Tenho que fazer um relatório disso.

Nós não sabemos em que nível o Brasil está em termos de segurança? Em termos de licenciamento, eu sei. Esses cenários de segurança estão todos definidos. A Marinha do Brasil anualmente revê todas as embarcações brasileiras, porque plataforma é considerada embarcação, e isso é informado ao Ibama. O Ibama tem um *checklist* anual, faz treinamento, testes, exercícios. O que me interessa agora é saber quais as causas do acidente, como é que nossos procedimentos de segurança estão estabelecidos, que aperfeiçoamentos que serão sugeridos e que cenários — mesmo os mais absurdos que possam parecer — têm de ser incluídos nas avaliações que sugerem atividade de risco ambiental. Imagina um vazamento que seja um centésimo desse na Bacia de Barreirinhas, em frente aos Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Vocês nunca perguntam de *onshore*, e a gente tem produção de petróleo na Bacia do Solimões, em plena Amazônia. Imagina um acidente lá? Deus me livre. Tem produção em estação ecológica na Inglaterra, tem produção em uma ilha sensível na Noruega...

Não é razoável ter exploração de petróleo em área sensível, certo? Não vou falar de outros países. Aqui, a gente não deixa ter.

Mas, e no Solimões? Foi uma concessão feita na época do Fernando Henrique (*Cardoso*). E por meio de licenciamento estadual. Tá vendo como é sensível o debate (*sobre autonomia dos estados*)? O que a gente socorre os estados, corrige, e diz nos bastidores: “Pelo amor de Deus, não é assim que se faz...”

O tema desta edição é justamente diálogo. Os ex-ministros Marina Silva e Carlos Minc penaram para fazer do meio ambiente uma questão transversal em todos os ministérios. A senhora vive a mesma

difficuldade de diálogo? Sempre haverá dificuldade, mas acho que estamos vivendo uma transição no Brasil.

Melhorou? Melhorou. Mas, para evoluir mais, é preciso que as instituições ambientais tenham maior concepção dos problemas de desenvolvimento no País. Não dá para negociar sem entender a língua da sua contraparte. Não é falar a mesma língua, e, sim, entendê-la. E é importante, do ponto de vista do poder público, saber que política ambiental é política de Estado, ela transcende a governos. É estratégica, influencia não só a economia, como também a qualidade de vida, e não é reserva de mercado de ambientalista. Por exemplo, o debate sobre geração de energia elétrica não é só sobre a hidrelétrica A, B ou C. É sobre os *trade-offs* da geração de energia. Se 66% do aproveitamento hídrico está na Amazônia, esse debate ganha outro contorno. Por outro lado, se estou entrando na questão climática, qual é a segurança que tenho para manter a oferta de energia nos próximos 30 anos, uma vez que as hidrelétricas hoje são construídas a fio d’água? Se você vulnerabiliza o cenário de clima, e começa a ter secas mais prolongadas, que impacto isso tem nas nossas escolhas de energia de hoje? Então, é necessário ter uma discussão estratégica sobre a variável ambiental no planejamento do País e vice-versa. Porque, ao excluir a área de alagamento (*ao fazer a usina a fio d’água*), estou fazendo uma opção pela conservação da biodiversidade. Qual é o

valor que isso agrega à sociedade brasileira?

No final do governo FHC, a discussão sobre álcool era se a gente teria um programa de compra de frota oficial de veículos para controlar as emissões e assegurar um preço mínimo do combustível. Era uma discussão importante na época. Não foi feito isso. O caminho foi o carro *flex*, que é uma resposta para várias questões climáticas e econômicas. O biocombustível mudou a pauta. Isso só tem dez anos! Hoje, o biocombustível é *key player* da agenda econômica brasileira, da agenda comercial, climática e ambiental — com zoneamento agroecológico. Então, qual a natureza estratégica da variável ambiental? É só evitar perda de biodiversidade por expansão da fronteira da cana, ou também traz um debate sobre tecnologia, emissões, qualidade do ar nas cidades e um programa de controle de emissões como o Proconve — que foi o indutor dessa mudança tecnológica dos carros brasileiros? O Brasil produz, exporta, desenvolve tecnologia de biocombustíveis, tudo graças a um programa ambiental. Perceber isso é essencial para ampliar os espaços de negociação e de diálogo entre políticas públicas. Nós estamos sempre na fronteira, é do caráter inovador da agenda ambiental. Agora, aprendemos que, ao sermos protagonistas, não somos os únicos detentores disso e temos de trabalhar a visão estratégica de natureza econômica e social dessa variável. Temos que condicionar o desenvolvimento, e não restringi-lo. Somos parte da solução da agenda de desenvolvimento. 

COMANDA

DATA

GARÇON

RESERVAS LEGAIS
- 43 MILHÕES DE HECTARES
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- 44 MILHÕES DE HECTARES
87 MILHÕES DE HECTARES
DEGRADADOS OU RESUMIDOS
= CENTENAS DE BILHÕES
DE REAIS

TAMOIO
SUA INVESTIMENTOS
CÓD. 1052

Com base em informações do artigo *Considerações Sobre o Código Florestal Brasileiro*, de Gerd Sparovek (professor da Esalq-USP), Israel Klug (consultor), Goran Berndes (professor da Universidade de Chalmers, Suécia) e Alberto Barreto (aluno de doutorado da Esalq-USP). Estudo ainda inédito em publicações científicas

Não tem pendura

Entre a anistia e a inação, sobram propostas para recuperar o passivo ambiental sem inviabilizar o agronegócio.

Tudo depende de uma combinação de instrumentos de mercado e de governo, além de altas doses de boa vontade

POR Carolina Derivi # FOTOS Bruno Bernardi

O feliz proprietário de uma padaria acorda um dia para descobrir que toda sua rua foi tomada por concorrentes. Logo as lojas se multiplicam em cada esquina do bairro, depois pelos bairros adjacentes, até que a cidade inteira se vê assoberbada de fazedores de pãezinhos.

Fatalmente, o preço do produto despenca, achatando ou aniquilando a margem de lucro. O sujeito, estarecido, não tem alternativa senão fechar as portas. Em lugar disso, no entanto, ele expande seus domínios sobre a paisagem infindável de padarias na esperança de garantir algum fluxo de caixa.

Segundo Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra e autor dessa analogia, é exatamente assim que se comporta um produtor rural. Em parte pela crescente demanda mundial, especialmente por grãos, e em parte pela cultura de economia de fronteira que marcou o agronegócio brasileiro com o único diferencial de terra barata e preço baixo, a atividade no campo prende-se ao paradigma da expansão horizontal.

“O negócio se torna insustentável ambientalmente porque é

insustentável economicamente”, diz Smeraldi, “o produtor não deve só ao Ibama, ele deve também ao Banco do Brasil”. Não deveria ser surpresa, portanto, a enorme resistência da categoria em arcar com os custos da recuperação ambiental, após décadas de descumprimento do Código Florestal, enquadrado na peculiaridade brasileira das leis que não pegam.

O ambientalista conta que, durante uma reunião em Mato Grosso, ouviu um produtor do município de Sinop lamentar-se da margem de lucro de R\$ 3 pela saca de milho de 60 quilos. Mal dá para cobrir os custos. Em resposta, o presidente da federação dos agricultores conclamou os presentes a não se preocuparem com seus passivos ambientais, já que se poderia costurar uma anistia.

Para Smeraldi, esse é o retrato de uma distorção de mercado, que leva ao ciclo vicioso. Em qualquer outro terreno do mundo dos negócios, alguma restrição é bem-vinda. É assim que se refina a dinâmica da concorrência, garantindo preços melhores. No Brasil, no entanto, a lucratividade da base dessa cadeia está

tão aviltada e por vezes negativa que só se pensa em garantir retorno pela quantidade, sem restrições, o que no fim das contas segue penalizando o próprio produtor.

“Se na Europa alguém levantasse a possibilidade de expandir a área, digamos, de beterraba, os produtores iriam a Bruxelas para protestar em frente à Comissão Europeia jogando beterraba em cima dos funcionários”, diz. Em lugar de combater a legislação ambiental, melhor seria que se discutissem formas de aprimorar a remuneração da base produtiva.

É desse panorama que partem as principais conclusões a que chegaram os dez especialistas consultados por PÁGINA22, entre representantes de ONGs, consultores, produtores e cientistas. A primeira delas é de que está fora da realidade supor que os proprietários rurais pagariam a conta ambiental sozinhos.

“Hoje é um mico ter reserva legal. O mercado simplesmente não reconhece. Paga-se o mesmo pela produção que vem de uma fazenda com ou sem reserva”, diz José Carlos Pedreira, consultor em sustentabilidade para o agronegócio.

A valorização do produtor rural como prestador de serviços ambientais pode erguer uma bandeira branca e ainda conferir vigor inédito

ambientais pode erguer para o mercado florestal

Para amortizar os custos, há uma miríade de sugestões que apontam para a combinação de políticas públicas, requalificação de subsídios agrícolas e mecanismos de mercado. É compreensível que se torça o nariz para o rateio, quando todo o problema se originou pelo descumprimento de uma obrigação vigente desde 1965.

Por outro lado, a valorização do produtor rural como prestador de serviços ambientais pode não apenas erguer uma bandeira branca na briga entre ruralistas e ambientalistas, como também inaugurar o tão sonhado paradigma segundo o qual as florestas e os recursos naturais passam a ter valor de mercado.

➡ O TAMANHO DA CONTA

Estabelecer quanto custa recuperar o passivo ambiental no campo é um desafio à altura de Einstein. Tudo é relativo. A técnica para replantar vegetação nativa, e recriar a biodiversidade em um patamar aceitável, ainda não é plenamente dominada. Os custos dependem do tipo de bioma e das condições de degradação do solo e do entorno.

Há ainda a possibilidade de regeneração natural, que consiste basicamente em cercar a área, dedicar alguma manutenção para controle de pragas e deixar que a natureza se encarregue do resto. O custo é baixo e pelo menos o Cerrado e a Caatinga têm reconhecida capacidade de regeneração.

O *Estudo de Baixo Carbono no Brasil*, do Banco Mundial, trabalha com estimativas que vão de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil por hectare na

maioria dos casos, podendo chegar a R\$ 17 mil na hipótese de uma intervenção severa no solo. Mas o Código Florestal também abre a possibilidade de compensação em áreas já florestadas fora da propriedade, cujos preços ainda precisam ser definidos por um mercado quase inexistente.

Francisco Maciel, diretor da Bravo Ambiental, promove plantio florestal há mais de dez anos e diz que nunca viu um hectare custar menos de R\$ 4 mil. Para ele, uma média modesta de R\$ 5 mil por hectare em todo o Brasil seria “cientificamente inquestionável”. Daí a conclusão de que o tamanho da conta está na ordem das centenas de bilhões. Mesmo que se aposte na menor estimativa, de R\$ 3 mil, o cômputo final indica R\$ 261 bilhões para recuperar áreas desmatadas ilegalmente e regularizar todas as propriedades rurais no Brasil.



O proprietário rural pode compensar a sua reserva legal comprando ou arrendando outra área já florestada fora da propriedade, desde que na mesma microbacia

Como exemplo, Pedreira cita o mecanismo da **servidão florestal**, já previsto no Código. “Se a gente consegue chegar a um acordo, o cara que fez uma RPPN (*Reserva Particular do Patrimônio Natural*), e foi chamado de louco pela mulher e pelos filhos, passa a ter o que oferecer. Está cheio de hectare de soja por aí. Hectare de floresta, não.”

Nos últimos dez anos, o Brasil avançou com medidas para restringir o crédito a propriedades irregulares, criminalizando não apenas os produtores como também os grandes compradores de *commodities*. Mas faltam os incentivos. “O que acontece se afugentarmos o setor agrícola só com multas? Reformam a lei. Bela solução”, ironiza André Nassar, do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône).

Enquanto a polêmica proposta de reforma do Código Florestal dorme no Congresso à espera do resultado das eleições, está aberta a temporada de ideias arrojadas e conciliadoras. Vamos a elas.

Virando o jogo

Para Paulo Barreto, pesquisador do Instituto do Homem e do Meio ambiente da Amazônia (Imazon), e Raul do Valle, do Instituto Socioambiental (ISA), é necessário estabelecer, antes de tudo, que o passivo ambiental brasileiro não é apenas formal, mas tremendamente real.

Às tragédias de deslizamento em Santa Catarina e no Rio de Janeiro somam-se agora as enchentes no Nordeste, que castigaram, sobretudo, o estado de Alagoas. “Naquela região, há cidades na várzea, desmatamento excessivo e rios extremamente assoreados, com pouquíssima capacidade de reter água”, explica



Subsídios atrelados à preservação do meio ambiente e da recursos do mercado de carbono, sem necessariamente

Valle. Para Barreto, a ciência está devendo estimativas mais claras sobre os custos de fundo ambiental dos desastres.

Philippe Lisbona, diretor da empresa Verdesa, dedicada à regularização ambiental de propriedades rurais, acrescenta ainda os prejuízos para a hidreleticidade. Florestas e rios são irmãos. É a cobertura vegetal que reduz a velocidade da água, aumenta a captação e porosidade dos solos e contribui para os aquíferos subterrâneos, que, por sua vez, geram as nascentes.

“Se você pegar a curva hidrológica dos últimos 30 anos, verá que a constância dos rios diminuiu muito. E constância é a coisa mais importante para um empreendimento de energia. Do contrário, são necessários altos investimentos com baixa eficiência”, afirma Lisbona. Belo Monte, por exemplo, gerará energia média de 40% da sua capacidade.

Caracterizado o interesse público, justifica-se a proposta de subsídios para recuperação de reservas legais e áreas de preser-

vação permanente, o que não necessariamente precisa acarretar mais pressão sobre os cofres públicos. O modelo lembrado pelos especialistas é o europeu, chamado de *cross compliance*. Para adquirir crédito subsidiado, o produtor precisa comprometer-se com metas e normas ambientais.

Considerando que o enforcement do crédito agrícola para propriedades irregulares já causou mais insatisfação que benefícios, Francisco Maciel, diretor da Bravo Ambiental, propõe uma estratégia: “Não precisamos cancelar o que já existe, mas garantir maiores vantagens para quem se propõe a recuperar. Assim, não se entra em conflito com o *lobby* estabelecido, mas criam-se condições para surgir um novo *lobby* de produtores engajados na recuperação”.

Isso é música para os ouvidos de John Carter, fundador da Aliança da Terra – rede de grandes proprietários rurais na Amazônia interessados em cumprir a legislação ambiental –, assim

cultura poderiam repassar pressionar os cofres públicos

como para Brás Albertini, presidente licenciado da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, mais ligado à pequena agricultura.

Ambos concordam, por exemplo, que a manutenção de nascentes e mata ciliar é uma obrigação inerente à propriedade da terra e que, ao propor a redução, o projeto de reforma que corre no Congresso jogou o acordo pela janela. É a reserva legal, nas palavras de Carter, que se apresenta como “uma mochila de chumbo que só o produtor brasileiro precisa carregar”.

Para Albertini, repasses da ordem de um salário mínimo por hectare, bem abaixo do preço de restauro florestal, já fariam diferença. “Assim o produtor também paga a sua parte, mas pelo menos se sente valorizado.”

Outro candidato primordial a subsídios públicos é o aumento da produtividade na pecuária. A atividade ocupa hoje 80% das áreas agricultáveis no Brasil, cerca de 220

AS PEÇAS DA DISCÓRDIA

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: são áreas específicas de grande importância ecológica, que têm como função preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Exemplos: mata ciliar, encostas, topos de morro, várzeas.

RESERVA LEGAL: são remanescentes genéricos de mata nativa que precisam ser mantidos no interior das propriedades rurais, seguindo percentuais que variam de 20% a 80%, dependendo da região do País. São necessários ao uso sustentável dos recursos naturais, à reabilitação dos processos ecológicos e à conservação da biodiversidade.

milhões de hectares. Segundo estudo do Banco mundial sobre baixo carbono no Brasil, em parceria com o Icône, seriam necessários **70 milhões de hectares** adicionais até 2030.

Teoricamente, é possível encontrar todo esse espaço apenas nas pastagens subutilizadas. “Isso aconteceu nos Estados Unidos já nos anos 80. Mas o Brasil precisaria de 20 anos para entrar num sistema especializado. Ou vai ter muito incentivo ou não se consegue fazer essa revolução completa”, diz Nassar.

Carbono pra que te quero

Está no mecanismo Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) a maior oportunidade para financiar a recuperação florestal no Brasil. Por enquanto, o mecanismo ainda não teve as regras definidas pela Convenção do Clima, mas é uma das poucas expectativas para a próxima reunião das partes, tendo em vista o esperado aumento de demanda por créditos nos Estados Unidos.

Segundo Lisbona, o Brasil já tem 21 milhões de toneladas de créditos de carbono anuais registrados no **MDL**. No dia da entrevista, a tonelada estava cotada em 14 euros, o que representa R\$ 693 milhões. Na pauta de exportações, esse montante coloca os projetos de carbono em uma posição atrás do suco de laranja e à frente do algodão.

Ressalte-se que no momento há apenas projetos de energia limpa, área em que o Brasil tem poucas chances de competir com

países de matriz mais suja, como China e Índia. “Hoje, o Brasil ocupa por volta de 7% desse mercado. Com a entrada em vigor do Redd, poderíamos dominar tranquilamente 30% a 40%”, aposta Lisbona.

O obstáculo é o critério de adicionalidade. Pelas regras atuais, um projeto que resulte do mero cumprimento da lei não é elegível para gerar créditos, pouco importando se no caso do Brasil trata-se de letra morta. Para Lisbona,

17 milhões para expansão da agropecuária e 53 milhões para mitigação de emissões e sequestro de carbono, dos quais 44 milhões iriam para restauração florestal

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, criado pela Convenção do Clima, possibilita que países sem compromissos quantitativos no Protocolo de Kyoto reduzam emissões e vendam créditos para os países com metas formais de redução

Frigoríficos e supermercados, com maior margem de lucro, deveriam pagar parte da conta, diz Smeraldi

cabe ao País negociar esses termos. “Vamos focar no que o Brasil tem potencial competitivo, que é floresta, em lugar de ficar brigando com o Código.”

Uma saída seria integrar o restauro florestal aos compromissos voluntários de redução de emissões, já assumidos nacionalmente e em alguns estados. Se é voluntário, é elegível. Assim, os governos poderiam atuar como repassadores desses recursos, poupando os produtores rurais da burocracia altamente especializada.

Roberto Smeraldi propõe ainda que se cobre a responsabilidade dos atores com maior margem de lucro na cadeia agropecuária, notadamente redes de supermercados e frigoríficos. Ele explica que, na maioria dos estados, o pecuarista é pago apenas pelo peso do boi. A pele do animal acaba saindo de graça. “É o negócio dos sonhos. Eu recebo couro de graça e vendo a peso de ouro para a Gucci fazer bolsas. Ou recebo o sebo de graça e uso para abastecer meus caminhões com biocombustível.”

A Amigos da Terra propõe que frigoríficos e supermercados não se atenham apenas aos critérios negativos, que excluem da lista de fornecedores aqueles em desconformidade ambiental, mas também adotem políticas de remuneração positiva para premiar os bons exemplos.

Até para os pontos mais polêmicos do Código Florestal há propostas nem tanto ao céu nem tanto à terra. Para as áreas consolidadas em encostas e várzeas – leia-se frutas, arroz e café – Smeraldi e Nassar sugerem que a lei deveria balizar-se pelas melhores práticas em cada segmento. Com uso de piquetes e curvas de nível, uma plantação de maçã no morro pode ter benefício ambiental de fixação do solo, e não o contrário.

Esses casos demandariam compensação fora da propriedade e uma das grandes reclamações é que a restrição à microbacia reduz muito a oferta de remanescentes florestais. São Paulo avançou nesse sentido ao dividir o Estado em apenas duas grandes bacias, a do Atlântico e a do Paraná. Esta última, que comporta quase toda a agricultura, também representa quase 90% do território, portanto há mais opções. O Programa Biota, da Secretaria de Meio Ambiente, identificou as áreas prioritárias para conservação e orienta os interessados na compensação.

O cômputo de APP na reserva legal para diminuir o encargo daqueles que iniciarem seus restauros é cada vez mais palatável para ambientalistas. Jean Paul Metzger, ecólogo do Instituto de Biociências da USP, diz ser indispensável manter as duas áreas, já que ambas apresentam funções ecossistêmicas e diversidades biológicas diferentes, porém igualmente importantes.

No entanto, segundo uma extensa revisão da literatura científica que inclui sua própria pesquisa de campo, Metzger afirma que 30% de remanescente nativo na Mata Atlântica é o mínimo



necessário para manutenção da biodiversidade. Assim, seria aceitável cogitar a soma de APP e reserva legal para os casos em que a área florestal supere 30% da propriedade. Já para a Amazônia, o percentual razoável é de 50%, preferencialmente 60%.

Ao contrário do que dá a entender a contenda em Brasília, não faltam alternativas para conciliar os interesses do agronegócio e da sustentabilidade ambiental. Tudo depende da capacidade de ambos os lados dessa questão superarem diferenças históricas e baixarem as armas em favor do diálogo. ^[22]

Especial eleições

MARISTELA BERNARDO

Jornalista, socióloga e consultora independente

Mais do que Silva

Bater na tecla do “Silva” pende perigosamente para **o campo do personalismo**. E o País não precisa de mais um movimento político pendurado no carisma de alguém

A presença de Marina Silva nas eleições presidenciais de 2010 permite várias leituras. Ao entrar na disputa enfrentando amplo desconhecimento de seu nome, vai se tornando mais familiar e, à medida que isso acontece, é vista por uns como surpresa interessante e carismática, por outros como evangélica conservadora, ou novidade midiática, mulher inteligente e corajosa, batalhadora. Ora como de esquerda, ora como de direita. Ou tudo isso ao mesmo tempo, e o que ela espera que prevaleça: esperança concreta de renovação na política brasileira.

O que, afinal, Marina quer colocar em questão? Sem dúvida, ela puxou para a frente e para cima a temática de campanha ao materializar no universo da política a busca do desenvolvimento sustentável. Coerentemente, colocou suas fichas na Educação e na incorporação da conservação ambiental na corrente sanguínea do que chamamos de desenvolvimento. Ela anuncia um futuro possível, em meio às ameaças da crise ambiental planetária. Compromete-se com soluções políticas, econômicas, sociais e culturais para o mundo pós-carbono. E ainda se diferencia pela postura, porque explicita suas posições qualquer que seja a plateia ou a circunstância. Convenhamos, faz tempo que não se vê algo assim na política brasileira.

Mas será que esse significado da candidatura Marina Silva está sendo apreendido? Com muita criatividade e poder

de síntese, o 1 minuto e 20 segundos na TV poderá ajudar a, no mínimo, sair das eleições como a principal líder de uma nova força política no país. Uma força de transição que prepare o Brasil para a mudança de fundo, mãe de todas as mudanças de que o País e o mundo precisam: a das estruturas de poder, da concepção e da metodologia do processo de tomada de decisão, das instituições que ainda não são realmente democráticas e representativas para além dos ritos formais.

Armadilhas

Ocorre que a política vigente tem suas armadilhas e um grande poder de ímã para determinar o rumo da conversa. Que não passa nem perto do debate no qual Marina insiste. Em tese, a fuga ao debate seria uma atitude antiética de um candidato à Presidência da República. No mundo real, é uma proteção pragmática aconselhada por marqueteiros e consultores de campanha, sobretudo para quem está à frente nas pesquisas. É a antipolítica, na medida em que parte do princípio de que, quanto menos o candidato se expõe, mais vantagem ele leva. E isso não necessariamente causa estranhamento e repúdio por parte da população. Azar de quem quer debate para valer.

A prevalência dessa dinâmica, acrescida da cultura dos factoides – acusações difíceis de provar no horizonte da campanha, dossiês, foco na pessoa do candidato e não em suas

propostas, carnavalização do contato com a população etc. –, tem claramente empurrado Marina Silva para insistir em repetir frases de efeito que fazem sentido no universo tradicional da política, mas reduzem seu espaço para dizer a que veio de fato.

Assim, ela tem insistido muito em que é a Silva talhada para suceder, e não continuar, a obra do outro Silva, o Lula. Mas bater na tecla do Silva – evidentemente para dizer que o Brasil já comprovou que pode ser presidido por alguém, como ela, vindo dos setores desassistidos da população – impregna demais sua campanha com o elogio da origem pobre e deixa em segundo plano o que interessa: pobre ou rica, ela significa algo mais do que ser Silva ou ter sido alfabetizada aos 16 anos.

Embora essas informações pessoais sejam importantes para que o País saiba de quem se trata, não podem virar mote, porque pendem perigosamente para o campo do personalismo, tal como aconteceu com Lula. E o Brasil não precisa de mais um movimento político pendurado no carisma de alguém. Carisma ajuda, mas é urgente que as pessoas que decidam votar em Marina o façam porque ela representa um pé na fronteira das grandes mudanças do século XXI, que implicam escolhas e dificuldades de grande peso. E não porque é uma Silva.

Compreende-se que tudo isso faça parte de uma estratégia de campanha e seria ingênuo achar que vai criar-se um universo paralelo que nada tenha a ver com os usos e costumes da política brasileira, principalmente no tempo exíguo para empreender a luta de Davi contra Golias. Mas uma nova força política só vai surgir se as pessoas que aderirem à candidatura do PV o fizerem assumindo um compromisso com a militância civilizatória, termo cunhado pela própria Marina para dizer que hoje, **mais do que militar em causas específicas, temos um papel histórico na transformação da própria ideia de civilização**.

No fundo, é uma questão de ajuste fino. Independentemente do resultado das eleições, é importante para o Brasil que o debate proposto por Marina Silva não se perca na sua essência. Certamente, ela é a primeira a não querer que isso aconteça. ^[23]



Linha pontilhada

FOTOS Bruno Bernardi # TEXTO Amália Safatle

Na trilha das leituras prováveis, uma é a do silêncio que separa os interlocutores, retratada em lugar mais emblemático impossível: o Vale da Morte, espécie de vácuo de palavras que se estende pelo Deserto de Mojave, na Califórnia, Estados Unidos. Lá, tudo é ilha.

Outra é a do vazio eloquente, que fala sobre distâncias vencidas e pontos conexos, que se aproximam à velocidade da luz que um diafragma permite. Lá, tudo é ponte.

Depois, a própria estrada é uma pergunta, com seu ponto de interrogação invertido numa curva, para que a conversa continue, em um sem-fim de respostas e novas indagações. [v22](#)





O mundo e **SEUS QUINTAIS**

Desafios de ordem global põem em debate o **papel dos diplomatas** na defesa dos chamados interesses nacionais

POR Luiz Motta # FOTOS Bruno Bernardi

Durante um encontro em Copenhague, em maio deste ano, cerca de 400 delegados de diversos países discutiam novos processos da certificação da futura **ISO 26000**.

Houve um embate em que uma diplomata norte-americana, instruída a obstruir o ponto que se discutia, acabou se colocando contrária ao resto da convenção. Depois de esgotados seus argumentos, ela se desesperou e se desmanchou em pranto.

O fato marcante – além do evidente conflito entre porta-voz e mensagem – é que tudo aconteceu durante um debate que caminhava para um acordo, mas que, devido à estrutura a que a diplomata estava submetida, ela ficou constrangidamente de mãos atadas.

Esse fato ilustra a dificuldade de arcabouços rígidos, como o diplomático, sustentarem-se em um mundo sob constante transformação. Os diplomatas sempre foram

importantes atores do diálogo entre as nações. Sua habilidade negociadora os faz encontrar pontos comuns entre os mais sangrentos inimigos. Mas agora, mais que nunca, os países deparam-se com questões de ordem global, enquanto o mundo apresenta-se cada vez mais conectado a uma rede de comunicação que ultrapassa fronteiras e formalidades hierárquicas.

Como a diplomacia, voltada para a defesa dos assuntos nacionais, vai responder a esses desafios mundiais?

Uma das críticas que se faz ao Itamaraty, por exemplo, é que em algumas vezes seus representantes suspendem o diálogo, alegando que determinada proposta esbarra no “interesse nacional”. O que querem dizer com isso? Quem define o que é ou não de interesse nacional? E mais, se vamos a um encontro internacional em busca de soluções globais, não seria contraproducente estabelecer como inegociável um suposto interesse nacional?

A terceira geração da norma ISO, que vai incorporar orientações sobre responsabilidade social e ambiental

Everton Vargas, que dirigiu o Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores (Dema/MRE) entre 2003 e 2008 e hoje é embaixador em Berlim, não enxerga essa contradição. Embora acredite que os Estados sejam sistemas de defesa de interesses e que ninguém vai a uma COP por filantropia, ele entende que o papel das negociações multilaterais é exatamente encontrar pontos de convergência. Para isso é que serve o diálogo.

Vargas conta ter assistido a consensos inesperados, durante as reuniões técnicas que promovia nos tempos do Dema. Sentavam-se lado a lado setores que, no Brasil, frequentemente têm dificuldade de se entender, como ambientalistas e empresários, por exemplo. “Mas, depois que cada um dos lados apresentava suas propostas, percebia-se que muitas delas eram convergentes”, afirma.

O embaixador concorda, no entanto, que em algumas vezes o consenso é impossível. Nessas horas, o diplomata aposta no tempo como aliado para chegar a um acordo. Mas, quando o colapso tem “data marcada”, como na questão climática, a solução, segundo ele, está na pressão da sociedade sobre os governos. “Muito embora, sei que sempre há diferentes sensibilidades dos governos às pressões sociais”, pondera.

O ministro Sérgio Barreiros, diretor-geral adjunto do Instituto Rio Branco, órgão responsável pela qualificação do corpo diplomático brasileiro, diz que a instituição não está parada diante das novas exigências contemporâneas. Para ele, apesar de ter mais de meio século, o instituto sempre soube se atualizar, garantindo a melhor formação para o corpo diplomático.

De fato, os diplomatas brasileiros sempre exibiram formação técnica ilustre. Se as negociações estão ocorrendo em eventos planetários, com pressões de todos os lados, em meio a um caos informativo, esses profissionais chegam reconhecidamente preparados para defender a posição brasileira. E sua arma é

Segundo o Instituto Rio Branco, há um treinamento para melhorar a interlocução com as ONGs

sempre a mesma: o conhecimento.

Segundo Barreiros, atualmente o instituto ministra módulos específicos sobre a sociedade civil contemporânea. Um desses módulos investiga como ela se comporta hoje, quais são suas diferenças e como se tem organizado no chamado terceiro setor.

O módulo inclui ainda um treinamento de como melhorar a interlocução com as organizações não governamentais. Quem ministra o módulo é Átila Roque, militante do terceiro setor – ligado ao Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) em Brasília.

A questão ambiental também não é deixada de fora. Ela é ministrada transversalmente durante todo o curso, que ainda prevê uma imersão, na qual

o aluno passa cinco dias, assistindo a aulas e palestras, ministradas por especialistas no assunto, somando um total de dez horas.

Ordem-unida

Quando começa a trabalhar, no entanto, esse profissional é submetido a uma hierarquia rígida, prima-irmã da carreira militar. O critério de promoção é principalmente por tempo de serviço. Somente por volta dos 50 anos terá condições de disputar um cargo de destaque na instituição.

Quem defende essa estrutura argumenta que isso possibilita uma unidade de atuação como em nenhum outro órgão do governo federal. Se você substituir uma peça, o organismo continua

funcionando com a mesma eficiência. Além do mais, isso garantiria uma atuação do órgão de forma mais contínua e menos susceptível às conjunturas políticas, uma vez que dificilmente os cargos de chefia são ocupados por não diplomatas.

O que se questiona, porém, é se uma estrutura rígida como a do Itamaraty pode ser eficiente em um mundo que vive dinâmicas transformações.

A professora Ligia Maura Fernandes Garcia da Costa, da FGV-Eaesp, especialista em relações internacionais, avalia que não. Para ela, em qualquer corporação é fundamental uma certa flexibilidade para conviver sem choques com o mundo atual. “Hoje, precisamos de respostas rápidas”, afirma.

Realidade 2.0

O embaixador Everton Vargas admite que isso é um problema a ser enfrentado pelo Itamaraty. Para ele, as novas tecno-

logias de informação impactaram a vida da sociedade e não vão deixar a diplomacia de fora. Quando esteve à frente do Dema, Vargas buscava uma sintonia com os novos tempos. Uma de suas estratégias era abrir um melhor diálogo com a sociedade civil organizada.

“Quando cheguei, percebi uma forte exigência por transparência. Decidimos então que, antes de qualquer encontro internacional, organizaríamos reuniões técnicas para apresentar nossas posições”, conta ele.

“Nesses encontros, tomei conhecimento do tanto de informação que circulava fora do governo, e como elas eram importantes para a formulação de uma posição nacional negociadora”, explica. Tratava-se de uma via de mão dupla.

Vargas admite que nem todas as propostas podiam ser aceitas. Muitas delas “feriam o princípio da soberania, já que acabavam sendo uma interferência indevida nos assuntos do Estado”. Ele

acha, porém, que isso não acontecia por má-fé, mas porque as pessoas estariam mal informadas. “Quando isso acontece, cabe a nós (*diplomatas*) fazer uma decantação; assim, aproveitamos ao máximo o que a sociedade nos traz, para que nossa agenda reflita as aspirações sociais.”

Mesmo depois da saída de Vargas, essa dinâmica foi mantida no Dema. Antes da 15ª Conferência das Partes (COP 15), da Convenção-Quadro sobre Mudança Climática, em Copenhague, no ano passado, vários encontros foram organizados no Itamaraty, dos quais participaram técnicos governamentais, ONGs, acadêmicos, empresários, entre outros. Para a COP 16, marcada para dezembro próximo, no México, dois encontros devem ser organizados, o primeiro ainda neste mês de agosto.

“Acho que foi na área ambiental onde conseguimos abrir melhor o diálogo”, comemora o embaixador.

No entanto, ao contrário de outros

Uma diplomacia não estatal

A pesquisadora Mariana Pavan, ligada ao Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), luta contra o aquecimento global.

Sempre participa dos encontros governamentais de construção da agenda da Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas, mas seu trabalho não termina aí. Ela mantém contato com ONGs do mundo inteiro, que se mobilizam pela conservação das florestas.

Mariana garante que tais ações paralelas não ocorrem por falta de diálogo com o governo. “O caso é que temos de agir globalmente, com todos e de todas as formas”, explica. “E hoje a tecnologia permite essa comunicação, de modo eficiente e a baixo custo”, diz.

Para ela, ir às COPs não é só para pressionar chefes de Estado. Grande parte da informação que circula ali vem das organizações da sociedade civil. “Há inúmeras redes de informação, que disseminam experiências, e ONGs que oferecem capacitação técnica.”

Aron Belinky, coordenador da campanha TicTacTicTac/Brasil, diz que se trata de um fenômeno novo e inevitável. É novo porque, antes, a tecnologia não permitia que o relacionamento entre entidades de diferentes países passasse de uma mera “comunicação de princípios”. “Agora, estamos em diálogo permanente. Somos ativos tanto para com os aliados quanto para com os não aliados”, diz.

Aron não acredita que esse novo padrão vai “aposentar” o Itamaraty, mas percebe que os diplomatas estão com dificuldades para lidar com isso. Na COP 15, o contraste entre a incapacidade dos Estados e a mobilização social deixou clara a urgência em se criar uma governança global – ágil e democrática.

“A Rio+20 acontecerá aqui no Brasil, e será uma oportunidade não só para discutir alternativas, como testar formas mais flexíveis de interlocução e decisão. Começa no preparo do próprio evento”, afirma.





países, essas oitivas não têm nenhum tipo de regulamentação. São organizadas informalmente. Na África do Sul, por exemplo, o processo é conduzido, desde o princípio, seguindo normas claras, que não deixam nenhuma parte interessada ficar de fora, tampouco que um órgão se sobreponha a outro.

E isso faz falta. Alguns técnicos de outros ministérios reclamam que, apesar desses encontros, o Itamaraty segue ouvindo muito pouco as demais pastas.

“Muitas vezes essas reuniões são apenas para legitimar a posição que o Itamaraty vai discutir lá fora”, afirma um gestor ministerial que preferiu não ser identificado. “Participamos da delegação como se fôssemos meros convidados, sem acesso às instruções a serem adotadas nas negociações. Isso é falta de transparência”, reclama.

A queixa faz sentido. Quando Vargas diz anteriormente que o corpo diplomático “decantava” as propostas da sociedade civil, devido ao que classificou como “ingenuidade das pessoas” e “falta de envolvimento (*delas*) com o *métier*”, fica a impressão de que a diplomacia teria um certo papel de tutela sobre uma

sociedade ainda em formação.

O especialista que prefere não se identificar considera também que em tais “diálogos” há decisões hipócritas, como a abertura para que todos façam parte da delegação brasileira nas convenções internacionais. Na COP 15, a delegação brasileira contou com cerca de 700 participantes, entre membros do governo, ONGs, acadêmicos e empresários.

“Trata-se de um equívoco; quem não participa da construção da agenda, nem compartilha da estratégia, não deveria ser membro da delegação”, ataca o gestor.

Marcelo Furtado, diretor de projetos do Greenpeace, por exemplo, evita que sua militância integre delegações governamentais. Ele reza a cartilha segundo a qual o almoço nunca sai de graça. “Para haver negociação equilibrada, tem de haver interdependência entre as partes”, afirma.

A boa experiência do Redd

No entanto, outras ONGs que vêm participando desses encontros pensam diferente. Elas dizem que há, sim, diálogo promissor com o Itamaraty. Paula Moreira, especialista do programa de

Mudanças Climáticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), diz que sua instituição se sente ouvida pelo órgão.

Ela admite que não é fácil incluir uma novidade na estratégia do governo brasileiro, mas cita a proposta de Redução Compensada do Desmatamento, iniciativa do Ipam e do Instituto Socioambiental (ISA), que hoje faz parte da estratégia do governo no combate à mudança climática.

Formulada durante a COP 9, em 2003, a ideia era criar um mecanismo para que as nações em desenvolvimento que possuísem florestas pudessem participar do esforço de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), recebendo benefícios econômicos e ecológicos. A proposta foi bem-aceita pelos participantes do encontro.

De volta para o Brasil, os técnicos do Ipam e do ISA promoveram inúmeras e infundáveis reuniões com a equipe do Ministério do Meio Ambiente, que enxergou ali uma estratégia que conjugava uso sustentável com captação de recursos financeiros e preservação de direitos sociais. A ideia foi encampada e subiu um degrau na burocracia brasileira.

O passo seguinte foi convencer a equipe do Itamaraty. Outra bateria de reuniões foi marcada e a proposta terminou aceita. Hoje, a proposta de Redução Compensada do Desmatamento ganhou um apelido em inglês: *Reducing Emissions from Deforestation and Degradation* (Redd) e não há fórum sobre mudanças climáticas no planeta que não a inclua na pauta.

“Peregrinávamos pelos gabinetes e, quando conseguíamos ser ouvidos, íamos muito bem fundamentados; sempre levando os resultados de nossas mais recentes pesquisas, publicadas em periódicos científicos respeitados.

Foi um grande êxito do terceiro setor”, comemora Paula. Para ela, uma das lições aprendidas é que, para emplacar uma ideia na agenda do Itamaraty, é necessário muito mais do que participar dos encontros técnicos. ^[22]

Análise

ADRIANA RAMOS

Secretária-executiva adjunta do Instituto Socioambiental (ISA)

Matrix ainda em cartaz

O impasse nas negociações globais reflete um mundo alheio à urgência ambiental. **Fóruns setoriais que crescem nessa lacuna são um grande avanço, mas também guardam contradições**

Um dos grandes sucessos do cinema na virada do século, a ficção *Matrix* retrata um mundo em que a realidade virtual torna as pessoas alheias ao mundo real a sua volta. O mote do filme inspirou algumas organizações da sociedade civil brasileira durante a 8ª Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em 2006, em Curitiba. Parte da programação paralela do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) foi chamada de *Captrix*, porque trazia a proposta de discutir os reais dilemas da Convenção, nem sempre encarados de frente na disputa por **colchetes** das reuniões da diplomacia.

Na Rio 92, quando as principais convenções internacionais relativas ao meio ambiente foram assinadas, o sentido já era de urgência. Por isso, parece surreal o jogo de cena dos negociadores internacionais diante da dinâmica de destruição dos ecossistemas em curso. A cada reunião, decisões que poderiam fazer toda a diferença para o futuro do planeta são adiadas com manobras protelatórias pautadas pelos interesses econômicos. Os impasses não permitem às convenções avançar nos temas mais sensíveis e críticos para a conservação e o desenvolvimento sustentável.

Em quase todos os acordos internacionais relativos ao meio ambiente as negociações estão travadas. O exemplo



mais recente foi a dificuldade de chegar a resultados mais significativos na reunião da Convenção de Mudanças Climáticas, em dezembro do ano passado, em Copenhague. Na CDB, o nó está nos mecanismos de **acesso e repartição de benefícios**.

A situação se repete também nos processos nacionais, como é o caso no Brasil da regulamentação do acesso aos recursos genéticos. A Medida Provisória em vigor é insuficiente para a promoção do uso sustentável da biodiversidade com a devida repartição de benefícios associados ao seu uso, enquanto a polêmica dentro do próprio governo impede o aprimoramento da legislação e das políticas. A ausência de definições no âmbito internacional prejudica a implementação dos objetivos das convenções e torna ainda mais difícil o debate nacional.

Tal ausência de definições formais, no entanto, não extingue a urgência de ações de conservação, as necessidades das comunidades, o interesse das empresas. É nessa lacuna que se tornam relevantes os inúmeros fóruns de discussão entre empresas e sociedade civil, em busca de melhores práticas produtivas. Esses espaços constituem oportunidades para um maior entendimento entre as partes, e a proposição de soluções para os problemas concretos. Ali são discutidos objetivos, parâmetros e salvaguardas que têm o potencial de contribuir significativamente para

a superação de dilemas que vão além de casos específicos. Mas nem sempre esses processos conseguem potencializar sua ação, produzindo consensos e propostas direcionadas aos processos formais de regulamentação.

Espaços de debate como o propiciado pelo Fórum Amazônia Sustentável, por exemplo, podem ser bastante efetivos no engajamento das empresas em iniciativas que vão além da responsabilidade socioambiental. O diálogo continuado entre os diferentes segmentos é fundamental para a superação dos impasses existentes.

O crescimento desses fóruns e mesas de diálogo, entretanto, guarda uma contradição. Eles crescem na lacuna dos regulamentos e consensos no âmbito dos acordos internacionais e das legislações nacionais. Servem de espaço de diferenciação de quem deles participa, dando visibilidade pública ao engajamento das empresas, configurando, muitas vezes, estratégia de marketing verde. Estabelece-se, assim, um círculo vicioso no qual a não decisão nas instâncias devidas pode favorecer ganhos em fóruns multissetoriais específicos.

Trata-se de um dos grandes desafios para a governança ambiental. A existência de espaços de discussão setorial não torna inócuos os acordos internacionais em matéria ambiental, ao contrário, deve servir como processos de amadurecimento para que as convenções avancem no sentido de decisões que reflitam as demandas e possibilidades concretas.

A simples existência desse diálogo entre empresas, organizações da sociedade civil e comunidades é um dos grandes avanços da virada do século. A questão é garantir efetividade por meio de compromissos concretos que reflitam também na atuação política dos mesmos segmentos. Só assim o diálogo fará a diferença, inspirando políticas públicas que mostrem verdadeiro compromisso com a sustentabilidade. ^[23]

Procedimentos para acessar recursos genéticos da biodiversidade e repartir os benefícios advindos do uso desses recursos

Trechos do acordo, grafados entre colchetes, sobre os quais ainda não há consenso entre os países signatários da Convenção

Técnicos de ministérios reclamam que o Itamaraty segue ouvindo muito pouco as demais pastas

Derrubando biombos

São pontuais os casos de companhias que usam **ferramentas de compartilhamento para priorizar o diálogo interno.**

Mas quem já aderiu à nova dinâmica tem boas histórias para contar

POR Giulliana Bianconi #

“Colaboração” é um dos termos que regem este início de século. Não seria exagero dizer que está para a comunicação assim como “globalização” esteve para a economia desde o final do século XX, pois define uma nova dinâmica. A comunicação acena com profundas mudanças e a tecnologia tem tudo a ver com isso.

A colaboração em rede serve para definir tanto o clique com o objetivo de arrecadar fundos para os desabrigados pelas chuvas no Nordeste como a publicação, por um executivo, de um arquivo em PowerPoint no **Slideshare**.

Em que pese a cultura competitiva, até as empresas de gestão conservadora – em que a hierarquia é exaltada e novos projetos são discutidos pela chefia a portas fechadas, sem participação da maioria dos funcionários – começam a se dar conta de que a comunicação empresarial se depara com outra perspectiva.

Nela, os diálogos – e as ações resultantes deles – transitam do universo *off-line* para o *on-line*, e vice-versa, com a maior naturalidade, quase que organicamente. Como destaca Cláudio Torres, professor de Novas Mídias do Instituto Superior de Administração e Economia (Isae), da FGV, trata-se de “uma dinâmica que faz com que a comunicação em rede e as suas potencialidades estejam longe de ser um assunto apenas para a área de marketing das empresas”.

Pesquisa realizada pela consultoria Deloitte, entretanto, mostra como a cultura colaborativa ainda prioriza ações de marketing (*leia quadro à pág. ao lado*). São casos pontuais as empresas que a usam com o objetivo primordial de fortalecer o diálogo interno e a integração.

Quem se adéqua às mudanças percebe que as ferramentas colaborativas não são exatamente uma inovação, mas simplesmente reproduzem o que já acontece na vida pessoal de boa parte dos funcionários.

Na empresa de telecomunicações Oi, quase metade dos funcionários pertence à Geração Y, aquela nascida após os anos 1980 e que encara a tecnologia como algo inerente à comunicação. “Não levar características e atributos da cultura web para a empresa seria negar a possibilidade de um diálogo mais fluido com a nossa base e dificultar a chance de ganhar ouvidos e corações”, afirma

Manoela do Amaral Osorio, gerente de comunicação e cultura organizacional da empresa.

A Oi foi uma das primeiras companhias a requisitar à empresa carioca Lumis, especializada em soluções para portais corporativos, uma reforma na **intranet**, com o objetivo de torná-la mais interativa e capaz de integrar os funcionários que se espalham em todos os estados do País.

Isso se deu em 2008. “Foi quando começamos a ter esse



Rede que funciona como um YouTube das apresentações *on-line*, pela qual o usuário cria um perfil e pode compartilhar arquivos que serão apresentados em *flash*, em formato de *slide*

tipo de demanda: intranets que carregam características de redes sociais”, conta o gerente de inovação e marketing da Lumis, Ricardo Saldanha. Ele observa que há dois anos os trabalhos com esse formato ainda eram pontuais. “Poucas empresas faziam intranets pensando em integração por meio de uma maior colaboração. Isso só veio se firmar como tendência neste ano.”

Segundo Ricardo, a explicação para o aumento da demanda é simples: “Falácias sobre o uso de ferramentas das redes para os ambientes corporativos, como dizer que apenas desconcentram e não oferecem vantagens na comunicação interna, caíram por terra. Empresas que foram vanguardistas e apostaram em uma relação mais informal já estão colhendo bons resultados”, afirma.

O ambiente virtual que substituiu a primeira intranet da Oi – e está sendo novamente reformado para ficar mais colaborativo – foi construído para que os funcionários se sentissem mais próximos uns dos outros e se engajassem nos processos da empresa.

Manoela revela que, no começo, um fórum na *home* da intranet, onde qualquer um pode iniciar tópicos, abria para críticas explícitas dos funcionários. “Às vezes a gente se deparava com um comentário e se perguntava: ‘Ele está mesmo reclamando disso? E agora? Tiramos o fórum da rede?’

Não tiramos o fórum da rede?”

O fórum “sobreviveu” e deixou lições. Aquele foi um período de a empresa aceitar que o espaço dado para a expressão poderia resultar também em mensagens desfavoráveis, pois, mesmo tendo um termo de condições para uso, o fórum pressupõe um grau razoável de liberdade e permite diversos temas que extrapolam o conteúdo dos e-mails corporativos. “A intranet reflete o modelo de gestão de uma empresa”, diz Manoela.

Olho no olho

Mas nem só de tecnologia vive a comunicação. A Porto Seguro, por exemplo, promove há mais de 20 anos ações de relacionamento *off-line*, como os almoços às quintas-feiras para integração dos corretores, e desde 2000 cafés da manhã mensais, dos quais participam a diretoria e dezenas de pessoas.

Mesmo com o advento das redes sociais virtuais e de novos ambientes, esses canais foram mantidos. “Tem de haver um equilíbrio entre o uso da tecnologia e as soluções presenciais, pois não adianta estreitar relações virtualmente e distanciar fisicamente”, acredita Sônia Rica, diretora de recursos humanos da seguradora.

Na empresa, é explicitado para os funcionários que o incentivo ao diálogo está associado à busca de resultados. “Essa comunicação deve priorizar as relações de trabalho”, diz Sônia Rica.

Os funcionários da Porto Seguro – assim como na Oi, cerca de 50% deles têm menos de 30 anos – ainda dispõem de 20 minutos ao longo do dia para acessar seus perfis pessoais em qualquer ambiente virtual. É o conceito de quiosque, ao qual o funcionário vai para “desopilar”. Cerca de 60% dos funcionários acessam as redes sociais.

Parte dessa mão de obra descobriu a oportunidade de trabalho justamente pelo fórum na comunidade do Orkut, onde há um moderador encarregado de divulgar vagas abertas e esclarecer dúvidas. E quem está na empresa continua recorrendo à web para esclarecer dúvidas e criar novas relações, mas agora em um ambiente interno.

“Temos uma página de busca, que funciona como o Google. Se quero pesquisar algo sobre ‘sinistro’, termo do dia a dia de quem trabalha na Porto Seguro Automóveis, digito essa palavra e acesso um vasto resultado”, exemplifica Sônia. A empresa conta

com editores de conteúdo, que selecionam notícias e formatam sugestões de texto enviadas pelos funcionários. É uma forma colaborativa de fazer a gestão de conhecimento.

Modelos de gestão como este são defendidos pelo professor de Novas Mídias Cláudio Torres. Ele é taxativo ao afirmar que o e-mail já é um ineficiente recurso na era dos computadores em rede e um desperdício de tempo se comparado às redes sociais corporativas.

“Várias informações que poderiam estar num ambiente interno semelhante à Wikipédia ficam trancafiadas nos e-mails, que ainda são acessados um a um, muitas vezes com arquivos para *download*. Num modelo de Wikipédia, eu replico e reestruturo, todos têm acesso ao conteúdo na empresa”, diz Torres.

Competição e colaboração

No mundo da colaboração, do diálogo amplo e quase irrestrito, porém, há uma questão que parece não entrar em cena, mas está na base da cultura empresarial e atende por “competitividade”.

Compartilhar tudo a toda hora – documentos, informações estratégicas, cartela de clientes – é mesmo tão natural assim para profissionais que buscam metas e resultados que os diferenciem numa companhia?

Para Fábio Cipriani, da Deloitte, a melhor forma de lidar com a competitividade quando se preza por um modelo colaborativo de trabalho é promover o reconhecimento dos funcionários que compartilham boas ideias e conhecimento. “Isso fará com que o profissional não tenha receio de colaborar para beneficiar um colega ou até mesmo outra área da empresa, pois sabe que a contribuição dele está sendo observada e será reconhecida.”

Mídias sociais nas empresas ainda priorizam o marketing

Por ora, são minoria as empresas que investem na ampliação do diálogo interno utilizando as ferramentas das redes sociais. Estas têm recebido mais atenção das áreas de marketing, desde que o universo corporativo descobriu suas possibilidades. A avaliação é do gerente da área de consultoria empresarial da Deloitte Brasil, Fábio Cipriani.

Autor do livro *Blog Corporativo*, Cipriani observa a evolução das práticas de mídias sociais em ambientes internos antes mesmo de os *microblogs* e as redes de relacionamento se tornarem um fenômeno. Mas não é apenas ancorado na sua experiência que ele chega a essa conclusão. O executivo baseia-se na pesquisa

Mídias Sociais nas Empresas, promovida pela Deloitte neste ano. Com o objetivo de retratar as novas formas de interação entre as empresas e os seus públicos, a consultoria reuniu dados de 302 companhias que atuam no Brasil.

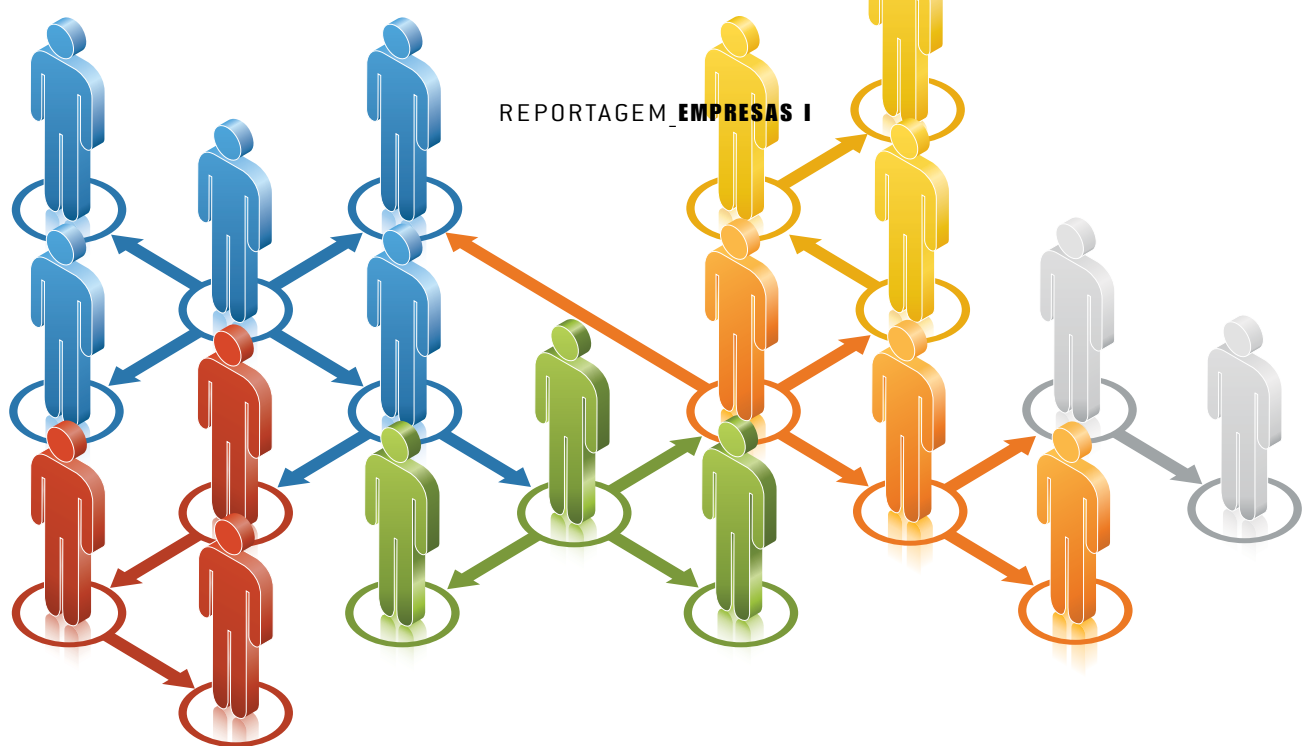
A pesquisa mostra que apenas 23% das empresas usam as redes para integração e relacionamento interno diante de um uso de 83% para ações de marketing.

A área de marketing é, em 73% das empresas, a responsável pelas ações de comunicação nas mídias sociais, e isso está longe de significar que todas essas empresas obtiveram sucesso no que se propuseram a fazer, seja para o público interno, seja para o externo.

“Um maior sucesso no uso das mídias sociais, tanto para o público interno, visando integração e colaboração, quanto para o externo, pensando em resultados comerciais, certamente se dará quando houver envolvimento da diretoria da empresa. Isso influenciará todas as outras áreas”, diz Cipriani.

Entre os dados que apontam os fatores de insucesso da comunicação das empresas nas redes está a “relutância dos gestores em compartilhar informações”. Para 21% das companhias, este é um dos principais obstáculos. Para ele, trata-se de uma indicação de que a colaboração não suprime a competitividade no meio corporativo.

Ambiente virtual privado, que mantém conceitos da internet



Cipriani revela que, na Deloitte, esse reconhecimento é praticado com ações que vão desde o envio, pelos gestores, de um e-mail de cumprimento ao funcionário até o oferecimento de viagens que promovem um maior destaque desse profissional na companhia.

Ele já teve essas duas experiências. Já recebeu e-mail do presidente global da Deloitte ao deixar um comentário pertinente no blog corporativo e também já carimbou o passaporte. Em um dos “desafios” propostos em rede pela Deloitte aos funcionários para que eles desenvolvessem ideias para novos negócios, Cipriani foi finalista com um projeto de “Gestão de Relacionamento com o Cliente” e pôde apresentá-lo, junto com mais dois colegas, em Dubai, numa reunião para líderes da Deloitte na Europa, no Oriente Médio e na África.

Diante de “soluções” como esta para a competitividade, a desestruturação de informações defendida pelo professor Cláudio Torres pode ganhar mais espaço nas empresas à medida que estas forem amadurecendo as suas relações com as ferramentas de compartilhamento.

Isso não representa, necessariamente, uma destruição das ferramentas de diálogo preexistentes. O e-mail continua tendo o seu espaço na Porto Seguro, na Deloitte, e na Oi, por exemplo. O desafio é saber qual a função mais adequada para cada elemento do *mix* de ferramentas que, se benfeito, pode potencializar as interações e o conhecimento interno.

Manoela do Amaral Osorio, da Oi, diz que enxerga essa questão como filosófica: “Temos de usar a máquina e a tecnologia para suportar da melhor forma a cultura organizacional e retroalimentar essa cultura”.

A filosofia que a executiva utiliza para pensar em novas soluções – como a Inovativa, uma plataforma de *brainstorms* sazonais através da qual ela mobiliza os funcionários para discu-

tirem novas ideias – é disseminada em doses mais generosas em espaços criados para promover o trabalho compartilhado.

Nesses espaços, a cultura organizacional é ancorada nas relações horizontais, sem hierarquia nem formalidades. Profissionais de diversas áreas, com diferentes projetos, buscam o diálogo presencial e virtual para detectar interesses comuns e avançar na busca de seus objetivos.

O The Hub, uma rede com 25 unidades espalhadas pelo mundo, define-se como “uma incubadora, uma comunidade e um escritório para inovadores sociais” (*mais em pagina22.com.br/index.php/2010/06/trabalhar-compartilharado*).

Embora ofereça mesas modernas e internet rápida para o trabalho, o seu principal serviço é dar condições para que empreendedores conheçam outros empreendedores com valores semelhantes e possam pensar juntos e até fazer parcerias. Lembra uma ONG, mas não é. As pessoas pagam para estar lá e podem até manter as suas empresas naquele espaço físico.

Consultor na área de sustentabilidade, Diego Gazola frequente o espaço há um ano e afirma que nas idas ao local usa cerca de 30% do seu tempo para trocar ideias com pessoas que têm interesses semelhantes. Embora nem sempre resulte em parcerias, esse diálogo inspira e amplia os horizontes.

Alguns dos membros do Hub, como Henrique Vedana, graduado em Ciência da Computação, já trabalharam em empresas com estrutura hierárquica. Agora, Vedana circula por elas apenas como consultor independente. Depois de três anos na Dinamarca, onde estudou empreendedorismo e inovação social na **Kaos Pilots**, Vedana retornou ao Brasil. Em breve lançará um novo projeto de educação voltado para o financiamento estudantil, cujo site foi feito por um *webdesigner* que integra o Hub. Após, claro, muita, muita conversa. **ZZ**

Escola que tem como filosofia estimular o empreendedorismo e a inovação social

Para lidar com a cultura competitiva empresarial, a saída é dar reconhecimento a quem tem postura colaborativa

Radar

FLAVIA PARDINI

Jornalista e fundadora de PÁGINA22

Publique-se

Nos ambientes digitais e nas redes sociais, escolhemos revelar um pouco mais sobre nós mesmos, transformando a noção de privacidade

Um pequeno terremoto assolou o mundo virtual em dezembro, quando o Facebook, sem fazer alarde, mudou sua política de privacidade. O sistema pediu aos usuários que escolhessem disponibilizar publicamente determinados conteúdos de suas páginas ou mantê-los acessíveis apenas a certos grupos. Muita gente não se deu conta do que se tratava e, clicando, tornou boa parte de suas informações públicas. Esta e mais um punhado de escorregadas do Facebook em relação à privacidade dos usuários geraram uma grita e até um movimento organizado – o Quit Facebook Day.

No dia de debandar – 31 de maio –, 33 mil dos cerca de 500 milhões de usuários deixaram de participar do Facebook. A relativa baixa adesão talvez indique que, apesar de preocupações acerca da facilidade de acesso a informações pessoais nos ambientes digitais, o que as redes sociais trazem é a redefinição de privacidade e, por consequência, de publicidade. Por mais que na era da interconexão global privacidade ainda seja muito importante, publicidade é essencial.

Enquanto a maioria das pessoas cuida de manter privadas informações sensíveis, seja o número do cartão de crédito, seja a orientação sexual, os usuários de redes como Facebook fornecem, voluntariamente, um sem-fim de dados sobre si mesmos. Fotografias, opiniões, preferências, música, localização, ou o famoso “o que estou fazendo” – quem não compartilha não petisca. Esse, afinal, é o nexa das redes sociais: sem um público, não há compartilhamento.

“Algumas pessoas são o equivalente na web a nudistas: vivem vidas muito

abertas, revelam detalhes íntimos de seus relacionamentos, o que pensam de amigos e colegas de trabalho, suas interações com a família e as autoridades”, escreve o consultor e blogueiro Stowe Boyd (www.stoweboyd.com). Nem todos. Em geral o usuário mantém certas informações visíveis a diferentes círculos de relacionamento, criando públicos menores. E, ao participar de vários “públicos” – um de “amigos” no Facebook, um de “seguidores” no Twitter, por exemplo –, forja sua identidade. Cada pessoa, destaca Boyd, torna-se uma rede de identidades, definidas no contexto de públicos específicos.

Ao contrário do mundo real, em que a privacidade é necessária porque compartilhamos espaço, no mundo virtual compartilha-se tempo. No ambiente *on-line*, lembra Boyd, para que as pessoas descubram algo sobre você, é preciso que você publique algo sobre si. “Nós escolhemos ser públicos na web”, afirma. Tal a diferença entre o real e o virtual, que o blogueiro cunhou o termo *publicy* para descrever a qualidade de ser público nas entranhas da rede mundial de computadores. “Em vez de esconder coisas e limitar o acesso àqueles explicitamente convidados a fazê-lo, as ferramentas baseadas em *publicy* têm como *default* ser abertas e com acesso aberto”, escreveu.

O Twitter, por exemplo, é público por natureza (embora seja possível ter uma conta privada). Você não conhece e provavelmente jamais vai encontrar as celebridades que povoam o sistema de *microblogging*, mas pode segui-las de perto. Não raro, o Twitter produz suas próprias microcelebridades,

gente comum que constrói ampla audiência por meio de seus *posts*. Alguns observadores apontam que, ao mudar – inabilmente – seus padrões de privacidade, o Facebook busca tornar-se mais aberto, à Twitter.

A tendência em direção ao acesso aberto atinge também empresas e governos. A reputação das companhias não depende só de seus esforços de relações públicas, mas da capacidade de construir uma identidade a partir da interação com diversos públicos. E elas também lançam mão das redes sociais, seja para direcionar o sentimento do público, seja como ferramenta de gestão **[1]**. Quanto aos governos, pelo menos nos países desenvolvidos, cresce a opção por abrir o acesso a estatísticas e políticas, convidando o cidadão a participar **[2]**.

TOME NOTA

1 Mais em <http://pagina22.com.br/index.php/2009/09/dos-geeks-para-o-mundo>

TOME NOTA

2 Mais em <http://pagina22.com.br/index.php/2010/06/abre-te-governo/>

A possibilidade de interação é tamanha que há quem enxergue a *publicy* como reação ao fenômeno conhecido como *bowling alone*, em referência à tese defendida pelo cientista político Robert Putnam em 1995 sobre o declínio nas atividades sociais e no engajamento cívico dos americanos. Não que as pistas de boliche e os centros cívicos estejam cheios atualmente, mas é possível pinçar um germe de engajamento em eventos em que as ferramentas sociais foram importantes, como os protestos no Irã em 2009 ou a reação ao terremoto no Haiti este ano.

É claro que tanta abertura não vem sem o clamor de que, no fim, pagaremos um preço pela falta de privacidade. Há as tradicionais acusações de que a web funciona como um Big Brother que sabe tudo sobre você. E o recém-lançado site Please Rob Me (<http://pleaseroame.com>) rastreia mensagens do Twitter que identificam a localização do usuário para, em seguida, lembrá-lo de que o mundo todo pode ver que ele não está em casa, inclusive os ladrões. Mas, para alguns, com cada vez mais da nossa vida acontecendo *on-line*, o preço será pela privacidade: só quem puder pagar vai ter. **ZZ**



Quem lê tanto relatório?

Importante meio de comunicação sobre sustentabilidade, a publicação desperta críticas e começa a **rever formato e conteúdo** por Renato Guimarães #

Chegam meados do ano e começa a temporada de divulgação dos relatórios de sustentabilidade. Quem está incluído nos canais de distribuição acumula em sua mesa várias publicações muito bem desenhadas, algumas com mais de 100 páginas de um conteúdo que procura mapear os compromissos e ações de sustentabilidade das empresas ao longo do ano anterior.

Em geral, o processo de elaboração de um relatório de sustentabilidade engloba todos os setores-chave das empresas no mapeamento do desempenho social, ambiental e econômico ao longo do ano. O modelo de preparação mais disseminado mundialmente é o desenvolvido no âmbito da Global Reporting

Initiative (GRI). Em 2009, 1.382 empresas registraram na GRI seus relatórios produzidos segundo esses parâmetros.

O Brasil tem-se destacado na produção de relatórios de sustentabilidade, chegando ao ponto de apenas empresas brasileiras terem ganhado em todas as seis categorias da edição de 2010 do Readers' Choice Award, prêmio concedido pela GRI. Isso também pode ser percebido no aumento constante de empresas brasileiras que desenvolvem seus relatórios segundo os padrões da GRI: de apenas 5, em 2002, para 65, em 2009.

É inegável que a preparação e a divulgação dos relatórios de sustentabilidade representam uma tendência que chegou para ficar. Mas, à medida que eles se multiplicam, começam também a surgir

críticas aos formatos usados e sua relevância para os leitores. Afinal, faz sentido investir tanto tempo, trabalho e recursos financeiros e naturais para desenvolver documentos cujo destino final, muitas vezes, é servir de enfeite de mesa ou peso de papel?

Para as pessoas e instituições ouvidas por PÁGINA22 a resposta é sim. Sonia Favaretto, diretora de Sustentabilidade da BM&FBovespa, defende que o relatório de sustentabilidade é uma peça fundamental no processo de transparência das empresas. "É um instrumento pelo qual elas podem dialogar com a sociedade sobre suas políticas, metas e planos. Por isso, o espaço conquistado pelos relatórios de sustentabilidade não tem volta."



FOTOS: FERNANDO GARDINALI

“o esforço da leitura dos relatórios não compensa tanto quanto deveria para um leitor do mercado financeiro”.

Nesse contexto, a busca por mais objetividade, por produzir documentos menores nos quais a **materialidade** das ações de sustentabilidade esteja evidente para os leitores representa um desafio importante para as empresas.

Associada a isso vem a tendência cada vez maior de uso de versões puramente digitais. Este ano a AES, por exemplo, disponibilizou apenas pela internet os relatórios das seis empresas do grupo. “Houve um consenso entre as diversas áreas da empresa e da diretoria no sentido de não produzir um relatório físico. Optamos somente pela versão virtual e usamos instrumentos como o Twitter e *mailing list* para fazer a divulgação. Vamos seguir avaliando a receptividade ao longo do segundo semestre, mas em princípio a fórmula está funcionando bem”, diz Luciana Alvarez.

A força do engajamento

Mas escrever relatórios menores e com formato atraente não é o bastante para garantir o engajamento dos públicos de interesse. Álvaro Almeida, diretor da Report Comunicação, umas das empresas pioneiras no desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade no Brasil, chama atenção para a importância da materialidade associada ao diálogo.

“A definição da materialidade das ações de sustentabilidade exige um exercício permanente de diálogo das empresas com a sociedade, com os *stakeholders*. E para muitas empresas este é um grande desafio, porque implica mudar uma cultura de olhar apenas para si mesma, e voltar-se para fora. O passo seguinte é trazer esse conhecimento do que os públicos querem, do

A materialidade procura demonstrar o grau de relevância da informação de acordo com os públicos de interesse

que o mercado demanda, para a própria gestão da sustentabilidade, com métricas claras e objetivas.”

Promover processos de diálogo e aprendizagem com os públicos de interesse nem sempre é um processo fácil e há diversas fórmulas sendo aplicadas. Sonia Favaretto defende um processo permanente, no qual todas as oportunidades de interação sejam aproveitadas. “Não acho que tenhamos de fazer um processo específico de consulta para o relatório. O que devemos buscar é aproveitar as interações que as várias áreas da empresa já desenvolvem ao longo do ano.”

A Natura criou um espaço virtual usando uma **plataforma wiki** para garantir a participação ativa dos diversos públicos de interesse. As pessoas se inscreveram no espaço virtual, informaram a que público pertenciam e eram estimuladas a debater os temas prioritários da agenda de sustentabilidade da empresa. Essas contribuições e discussões foram consolidadas em um documento publicado no site da empresa e no relatório de sustentabilidade impresso. “É como se fosse uma carta de comentários e sugestões de melhorias destes públicos”, diz Rodolfo Gutilla, diretor de assuntos corporativos da Natura.

A SAP, líder mundial de *software* voltado para a gestão empresarial, é outro exemplo. A empresa, sediada na Alemanha, acaba de divulgar seu relatório de sustentabilidade de 2009 totalmente baseado na internet (www.sapsustainabilityreport.com), que permite interação com o público, investidores e clientes, parceiros e funcionários.

Uma só língua

Depois de relatórios mais curtos e ob-

“Wiki wiki” significa “muito rápido” no idioma havaiano. Uma Web Wiki permite que os documentos sejam editados coletivamente com uma linguagem de marcação simples e eficaz, por meio de um navegador web. O exemplo mais conhecido de uso da ferramenta é a Wikipédia

O QUE DIZEM ALGUNS ESPECIALISTAS

ERNST LIGTERINGEN, diretor-executivo da GRI:

“Os relatórios de sustentabilidade beneficiam-se de um sólido engajamento dos públicos de interesse, já que isso ajuda a desenvolver uma avaliação eficaz da materialidade e a reportá-la de maneira equilibrada. A relevância é alcançada quando o relatório tem um valor demonstrável para a companhia e para os públicos de interesse como uma peça de comunicação, como uma base para discussão sobre os impactos econômico, ambiental e social da empresa e como um registro das ações da empresa voltadas para a criação de valor e gerenciamento de risco de longo prazo.”

NATALYA SVERJENSKY, da agência de comunicação britânica Futerra, especializada em sustentabilidade:

“Não pense em produzir um relatório até que tenha clareza sobre a quem você quer que a informação chegue. Uma vez que

tiver esse forte e claro objetivo em mente, poderá determinar o formato e conteúdo mais adequados ao seu relatório – que, espero, não será um PDF.” Abaixo, alguns exemplos de boa comunicação, na opinião de Natalya:

- Engajamento de públicos de interesse: *Timberland's Earthkeepers Voices of Challenge* (www.earthkeeper.com/VoicesofChallenge)
- Ferramenta digital alinhada com a marca: o *showcase* da L'Oréal sobre iniciativas locais de sustentabilidade ao redor do mundo. (www.loreal.com/_en/_ww/html/sustainable-development/local-initiatives.aspx)
- Entendendo a audiência: o relatório *Dear Cadbury*, de 2008, é considerado um marco (www.dearcadbury.com)
- Uso de mídias sociais: o canal da Siemens no YouTube (www.youtube.com/siemens)



a sociedade, a GRI projeta apenas para 2020 a existência de um padrão global de relatório integrado. Enquanto isso, algumas iniciativas para puxar essa discussão já despontam, como a liderada pelo professor de Harvard Robert G. Eccles, coautor do livro *One Report – Integrated reporting for a sustainable society* (www.integratedreporting.org/index.php)

Um dos casos apresentados na pu-

blicação é o da Natura, que desde 2002 desenvolve relatórios únicos, trazendo juntas as análises econômico-financeiras, ambientais e sociais. “Estamos ainda longe de ter um relatório realmente integrado. Temos consciência de que fazer essa integração é um processo de aprendizagem, não é trivial. Mas estamos caminhando nesse sentido”, diz Rodolfo Gutilla. ¹²²

A tendência é que se tornem curtos, objetivos, colaborativos e integrados com o relatório econômico-financeiro



Jurassic Park é aqui

Avanços científicos são surpreendentes, mas não há tecnologia que substitua **a boa gestão da biodiversidade**

Extinção é para sempre – ou melhor, era. Graças a ciência, obstinação e um punhado de dinheiro, espécies que haviam sido declaradas extintas estão começando a voltar à vida. A experiência com maior sucesso ocorreu no início do ano passado, quando cientistas espanhóis anunciaram o nascimento de um íbex-dos-pireneus – um cabrito montês que era abundante na fronteira entre França e Espanha até dois séculos atrás.

Pouco a pouco, a espécie definiu devido a doenças recorrentes e a ação de caçadores. Em 2000, o íbex foi declarado espécie extinta quando Celia, último exemplar conhecido, foi encontrada morta, possivelmente atingida com a queda de uma árvore. Amostras da sua pele foram preservadas em nitrogênio líquido e, no ano passado, usadas por pesquisadores do Centro de Tecnologia e Pesquisa de Alimentos de Aragón e do Instituto Nacional de Pesquisa em Agricultura e Alimentos, de Madri, em um processo de clonagem semelhante ao que gerou a ovelha Dolly.

O material genético de Celia deu origem a 439 pré-embriões, que foram implantados nos úteros de cabras domésticas. De um deles chegou a nascer uma fêmea de íbex-dos-pireneus. Esta foi a primeira experiência “bem-sucedida” de clonagem de uma espécie considerada extinta – as aspas se devem ao fato de que a cabrita morreu minutos após

seu nascimento por falência respiratória, um problema comum entre animais clonados.

Outros grupos estão tentando gerar animais por meio de cruzamentos seletivos de espécies aparentadas. Na África do Sul, cientistas querem recriar o quagga, uma subespécie de zebra em que apenas a cabeça e o pescoço são listrados. Nos Estados Unidos, há um esforço para recuperar a tartaruga-gigante de Galápagos, dizimada no século XVIII.

Essas duas estratégias – clonagem e cruzamentos seletivos – dão resultados muito diferentes. A primeira tem a vantagem de produzir animais idênticos à espécie original. Entretanto, ele não dá origem a uma população geneticamente diversa, sustentável a longo prazo. A não ser, é claro, que se promova a clonagem a partir do material genético de centenas de indivíduos diferentes, o que é muito difícil, dada a dificuldade de se obtê-lo.

O problema dos cruzamentos seletivos é outro. Essa técnica milenar, que escolhe a dedo características específicas de modo a induzir o nascimento de filhotes cada vez mais próximos da espécie extinta, é um processo demoradíssimo, que pode levar dezenas de anos. Além disso, seus resultados são meramente aproximativos. Ou seja: os rebentos podem até parecer com os da

espécie extinta, mas provavelmente terão muitas características exóticas.

As duas técnicas estão sendo utilizadas, simultaneamente, para trazer à vida o **auroque**, um bovino de mais de 1 tonelada que povoava as planícies da Europa, da Ásia e do Norte da África. Esse antepassado do gado moderno não passa hoje de uma vaga lembrança, retratado em pinturas rupestres famosas, como as da gruta de Lascaux, na França. O último auroque de que se tem notícia morreu em 1627, numa floresta da Polônia.

Cientistas de vários países estão tentando ressuscitar esse animal. Na Itália, o Consórcio para Experimentação, Disseminação e Aplicação de Biotecnologias Inovadoras, sob auspício da ONU e do governo do país, está cruzando raças de bovinos de grande porte da Escócia, Espanha e Itália, e comparando o material genético dos bezerros gerados com o do auroque, que o grupo mapeou utilizando-se de ossos particularmente bem preservados. Por outro lado, cientistas da Fundação Polonesa para a Recriação do Auroque optaram pela via mais moderna e estão tentando clonar o animal a partir de amostras de dentes e ossos guardadas em museus, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente da Polônia.

Antes dos italianos e dos poloneses, dois irmãos, Lutz e Heinz Heck, já haviam tentado recriar os auroques na Alemanha nazista, por meio de cruzamentos seletivos. Os descendentes desses rebanhos ainda podem ser vistos em zoológicos e reservas naturais – embora ninguém realmente acredite que este gado de pelagem vagamente semelhante à dos auroques, mas de porte mirrado, seja realmente próximo da espécie extinta de um ponto de vista genético.

Extinção já não é para sempre, mas a complexidade e os resultados imperfeitos dessas iniciativas só ressaltam que não há tecnologia que substitua a boa gestão da biodiversidade. **ZZ**

Segundo relatos do imperador romano Júlio César, ele seria pouco menor que um elefante e amplamente caçado por tribos germânicas no século anterior a Cristo

Projete o futuro. Crie novas perspectivas. 3º Holcim Awards, prêmio internacional para projetos de construção sustentável. U\$2 milhões em prêmios. **Inscreva-se.**



Idealizado para estimular a criação de projetos inovadores e socialmente relevantes, orientados para os desafios do futuro e para o uso eficiente dos recursos naturais, o Holcim Awards é uma iniciativa da Holcim Foundation for Sustainable Construction em parceria com algumas das principais universidades do mundo, as quais lideram os júris independentes em cinco regiões do planeta.

Mantida pela Holcim Ltd e pelas empresas do Grupo, um dos maiores fornecedores de cimento, concreto e agregados do mundo, presente em 70 países, a Holcim Foundation for Sustainable Construction desenvolve e apoia projetos que buscam a construção de um futuro mais sustentável, estimulando respostas inovadoras para tornar este futuro possível.

Acesse www.holcimawards.org. As inscrições vão até 23 de março de 2011.



Este prêmio é apoiado pela Holcim Brasil
www.holcim.com.br



Fast-flood

Flooded McDonald's (ou McDonald's Inundado) é um vídeo de 20 minutos do coletivo artístico dinamarquês Superflex. Em cada *frame*, uma viagem pelo ícone do capitalismo, alvo preferido das bombas e pedras em protestos contra a globalização. Desta vez, as batatinhas submergem junto com os restos de *catchup*, plástico, copos, o funcionário do mês... Por fim, o bonecão, símbolo da cadeia, afunda.

Do terror à comédia, mas com tom inequívoco de catástrofe. Entre as possíveis insinuações vemos que a sedução do *fast-food* também vira lixo ou que, descartando coisas e ignorando os limites da natureza, sabe-se lá para onde vamos. Quando o McDonald's vai por água abaixo, nós há muito tempo devemos estar por lá.

A obra pode ser vista na exposição *Ecológica* em cartaz até o final de agosto no Museu de Arte Moderna de São Paulo. A curadoria é de Felipe Chaimovich, inspirada nas reflexões do austro-francês André Gorz (1923-2007).

— por Ana Cristina d'Angelo 

DPZ



Além da Coca-Cola, que refresca e inspira momentos de felicidade no mundo inteiro, temos achocolatado, águas, néctares, chás, hidrotônicos, isotônicos e energéticos. Algumas das marcas mais familiares aos brasileiros fazem parte dessa fórmula. Mais de 150 produtos no portfólio, que estão por trás de projetos que estimulam uma vida melhor e mais positiva. Nossa preocupação com o bem-estar não nasceu ontem. E não tem prazo de validade. Saiba mais sobre os nossos sabores e valores: www.cocacolabrazil.com.br

BRASIL
Coca-Cola
VIVA POSITIVAMENTE

Você já ouviu falar sobre sustentabilidade.
Mas não desta maneira.



Sustentabilidade vai além da nossa relação com o planeta. Sustentabilidade está ligada à nossa relação, uns com os outros. A nova linha de fragrâncias Amó foi criada a partir da crença da Natura de que a vida é um encadeamento de relações e que o amor é a grande energia que nos une. Não o amor estereotipado e idealizado. Mas o amor possível, de verdade, presente nos pequenos gestos de carinho de cada casal. Gestos que temperam as relações e colocam o amor em movimento, pois tudo que



é vivo está em constante mudança. Criado coletivamente com pessoas do Brasil inteiro, Amó é um projeto pioneiro e inovador para a Natura. Totalmente na contramão das relações descartáveis e imediatistas de hoje, Amó é um convite e uma provocação para que cada um cuide mais, valorize e tempere a sua relação amorosa. A Natura nasceu do amor pela cosmética e da crença de que um mundo melhor é feito de relações melhores, com você mesmo, com o planeta e com os outros.